

CADEIA PRODUTIVA DO

GESSO

**AVANÇOS E DESAFIOS RUMO À PROMOÇÃO
DO TRABALHO DECENTE: análise situacional**

Organização Internacional do Trabalho (OIT)
Ministério Público do Trabalho (MPT)
Fundação Getúlio Vargas (FGV)

CADEIA PRODUTIVA DO GESSO

AVANÇOS E DESAFIOS RUMO À PROMOÇÃO DO TRABALHO DECENTE: análise situacional

Documento de discussão produzido para o projeto “Promoção e Implementação
dos Princípios e Direitos Fundamentais no Trabalho no Brasil”

Agosto de 2021

Documentos de discussão são documentos preliminares circulados para estimular o diálogo e obter comentários.

Copyright © Organização Internacional do Trabalho, Ministério Público do Trabalho e Fundação Getúlio Vargas 2021

As publicações da Organização Internacional do Trabalho gozam de proteção de direitos de propriedade intelectual em virtude do Protocolo 2 da Convenção Universal sobre Direitos Autorais. No entanto, pequenos trechos dessas publicações podem ser reproduzidos sem autorização, desde que a fonte seja mencionada. Para obter direitos de reprodução ou de tradução, solicitações para esses fins devem ser apresentadas ao Departamento de Publicações da OIT (Direitos e permissões), International Labour Office, CH-1211 *Geneva* 22, Suíça, ou por correio eletrônico: rights@ilo.org. Solicitações dessa natureza serão bem-vindas.

As bibliotecas, instituições e outros usuários registrados em uma organização de direitos de reprodução podem fazer cópias, de acordo com as licenças emitidas para este fim. A instituição de direitos de reprodução do seu país pode ser encontrada no site www.ifrro.org.

Cadeia produtiva do gesso – Avanços e desafios rumo à promoção do trabalho decente: Análise situacional

ISBN: 9789220354124 (web PDF)

As denominações empregadas e a forma na qual dados são apresentados nas publicações da Organização Internacional do Trabalho, segundo a praxe adotada pelas Nações Unidas, não implicam nenhum julgamento por parte da Organização Internacional do Trabalho, do Ministério

Público do Trabalho ou da Fundação Getúlio Vargas sobre a condição jurídica de nenhum país, zona ou território citado ou de suas autoridades e tampouco sobre a delimitação de suas fronteiras.

A responsabilidade pelas opiniões expressadas nos artigos, estudos e outras colaborações assinados cabe exclusivamente aos seus autores e sua publicação não significa que a Organização Internacional do Trabalho, o Ministério Público do Trabalho e a Fundação Getúlio Vargas as endosse.

Referências a empresas ou a processos ou produtos comerciais não implicam aprovação por parte da Organização Internacional do Trabalho, do Ministério Público do Trabalho e da Fundação Getúlio Vargas e o fato de não serem mencionadas empresas ou processos ou produtos comerciais não implica nenhuma desaprovação.

As publicações e produtos eletrônicos da Organização Internacional do Trabalho podem ser obtidos nas principais livrarias e em redes de distribuição digital, enviando pedidos para: ilo@turpin-distribution.com. Para mais informações, visite o nosso site ilo.org/publns ou entre em contato pelo e-mail ilopubs@ilo.org.

Impresso no Brasil

Ficha Técnica

COORDENAÇÃO GERAL

Organização Internacional do Trabalho (OIT)

Maria Cláudia Mello Falcão:
Coordenadora da Área de Promoção dos Princípios e Direitos Fundamentais no Trabalho

Fernanda de Castro Carvalho
Oficial Nacional de Projetos

AUTORES (FGV):

Baiena Feijolo Souto (coordenação)
Flávia Scabin (coordenação)
Tamara Brezighello Hojajj (coordenação)
Eduardo Rosseti
Giovana Agútolí
Rafaella Monesi

AGRADECIMENTO:

Os autores agradecem Victoriana Leonora Gonzaga pela contribuição à pesquisa.

FOTOS

Vitor Shimomura

PROJETO GRÁFICO E DIAGRAMAÇÃO

JCA LEITÃO

REALIZAÇÃO

Ministério Público do Trabalho/Procuradoria Geral do Trabalho (MPT)

José de Lima Ramos Pereira - Procurador Geral do Trabalho
Maria Aparecida Gugel - Vice- Procuradora Geral do Trabalho

Coordenadoria Nacional de Defesa do Meio Ambiente – CODEMAT

Márcia Cristina Kamei Lopez Aliaga - Coordenadora Nacional
Luciano Lima Leivas - Vice- Coordenador Nacional

Grupo de Trabalho Polo Gesseiro do Araripe

Rogério Sitônio Wanderley - Coordenador
Adriana Freitas Evangelista Gondim
Ana Carolina Lima Vieira Ribemboim
Débora Tito Farias
Gustavo Luís Teixeira das Chagas
Janine Rego de Miranda
Leonardo Osório Mendonça
Marcelo Cristiano Souto Maior
Vanessa Patriota da Fonseca

Sumário executivo

O gesso possui uma grande diversidade de uso industrial, sendo um dos materiais mais utilizados na construção civil no mundo. O Brasil é o 16º maior produtor mundial de gipsita (minério que dá origem ao gesso) e o segundo maior da América Latina, atrás apenas do México, segundo dados do U.S. Geological Survey (USGS, 2021)¹. No Brasil, o mineral é encontrado predominantemente no estado de Pernambuco (97%), seguido por Maranhão (1,5%), Ceará (0,8%) e Tocantins (0,7%), segundo o então Ministério de Minas e Energia².

O polo gesseiro do Araripe, localizado na divisa dos estados de Pernambuco, Ceará e Piauí, é responsável pela produção de 1,6 milhão de toneladas brutas de gipsita/ano. A quantidade de gipsita vendida, consumida ou transferida para industrialização em 2017 no polo foi de 699 mil toneladas, com um valor total de 112,6 milhões de reais (BRASIL, 2017).

Entretanto, a despeito da relevância econômica da produção de gesso na região, as receitas geradas por essa produção não se refletem na melhoria das condições de vida da população local, que apresenta elevados níveis de pobreza e baixos Índices de Desenvolvimento Humano Municipal (IDHM), com exceção do município de Araripina, que se encontra na faixa média do IDHM (PNUD, 2013).

Além disso, há uma série de violações de direitos fundamentais do trabalho relacionadas ao processo produtivo do gesso na região. Fiscalizações da Força Tarefa do Ministério Público do Trabalho (MPT), realizadas entre 2015 e 2019, identificaram diversas irregularidades de saúde e segurança no trabalho, assim como a presença de trabalho infantil e indícios de trabalho realizado em condições análogas à de escravo ao longo da cadeia produtiva.

Diante desse cenário, o MPT, em parceria com a Organização Internacional do Trabalho (OIT), vêm realizando ações voltadas à promoção do trabalho decente e do desenvolvimento econômico local no polo do Araripe. O Centro de Direitos Humanos e Empresas da Fundação Getúlio Vargas e a FGV Projetos (em conjunto referidos como FGV) se somam a esse time para contribuir na elaboração de um Plano de Desenvolvimento Local (PDL), com orientações e alternativas para a ação dos diferentes atores locais.

1 Para saber mais, acesse: <https://www.usgs.gov/centers/nmic/gypsum-statistics-and-information>

2 Para saber mais, acesse o Anuário Estatístico do Setor de Transformação de Não Metálicos: <<http://antigo.mme.gov.br/documents/36108/405154/Anu%C3%A1rio+Estat%C3%ADstico+do+Setor+de+N%C3%A3o+Met%C3%A1licos+-+2018+base+2017.pdf/5f795564-3c98-bfbd-cf63-d8b1afecdo2f?version=1.0>>

Para a elaboração do PDL, foi desenvolvido um diagnóstico robusto sobre o processo produtivo do gesso, as diferentes relações de trabalho envolvidas e sobre o contexto socioeconômico local. O diagnóstico partiu de estudo preliminar elaborado pela OIT e pelo MPT sobre desafios e avanços em relação à promoção do trabalho decente na região e combinou levantamento e análise de dados secundários quantitativos e qualitativos, entrevistas semiestruturadas e workshops com diferentes atores locais (representantes da sociedade civil, trabalhadores, empresas e Administração Pública).

Ainda, o diagnóstico adotou uma abordagem sistêmica para compreender o contexto socioeconômico e político-administrativo da região do Araripe, o funcionamento da cadeia produtiva, os padrões relacionais existentes entre os atores direta e indiretamente envolvidos nela, bem como os incentivos e capacidades desses sujeitos para a promoção de melhores condições de trabalho na atividade gesseira e o desenvolvimento econômico local.

Também considerou que há uma assimetria de poder entre as empresas na cadeia produtiva que determina não apenas a lógica do processo produtivo, como a alocação de recursos e responsabilidades, inclusive em relação ao trabalho, entre as organizações.

No mais, adotou uma abordagem de direitos humanos, segundo a qual há uma responsabilidade compartilhada dos estados e das empresas em relação aos direitos humanos, consolidada sobretudo a partir de 2011, com o endosso dos Princípios Orientadores sobre Empresas e Direitos Humanos (POs) pelo Conselho de Direitos Humanos da Organização das Nações Unidas (ONU). Os POs estabelecem que os direitos humanos internacionalmente reconhecidos são o padrão de conduta mínimo das empresas em todas as suas atividades e relações comerciais, inclusive aquelas em cadeias produtivas, independentemente do dever do Estado de proteger esses direitos. Os POs foram incorporados pela Declaração de Empresas Multinacionais e Política Social da OIT, que aborda a responsabilidade social corporativa e as práticas de negócios sustentáveis e foi elaborada de forma tripartite por governos, empregadores e trabalhadores.

Como resultado do diagnóstico, foram identificados, na cadeia produtiva do gesso no Araripe, obstáculos para: **(a) a gestão e o desenvolvimento das empresas locais**, por conta da alta informalidade dos negócios; **(b) a promoção de melhores condições de trabalho na região**, devido às altas taxas de informalidade nas relações trabalhistas e de fatores culturais da atividade gesseira; **(c) o fortalecimento da atuação do poder público local**, devido à falta de recursos financeiros e técnicos para a promoção do trabalho decente e do desenvolvimento econômico local; e **(d) a construção de políticas públicas sociais efetivas no território**, em especial àquelas relativas à temática do emprego decente.

No entanto, existe uma série de oportunidades que oferecem espaços para o desenvolvimento de políticas e práticas colaborativas aptas a superar esses desafios, como a Câmara Setorial do Gesso, organizada e fomentada pelo governo estadual de Pernambuco. Além disso, a elevada qualidade do minério produzido no polo do Araripe, associada ao potencial

para o desenvolvimento de iniciativas voltadas ao associativismo e ao cooperativismo na região, pode vir a contribuir para a expansão do mercado de produção local.

Considerando as lacunas, os desafios e as oportunidades para a promoção do trabalho decente e para o desenvolvimento econômico local na região do Araripe, o PDL foi estruturado em 4 eixos estratégicos, cada um com objetivos específicos, ações para diferentes atores e resultados esperados. São eles:

- **Aprimoramento do processo produtivo do gesso**, que busca promover a inovação tecnológica no processo produtivo do gesso; qualificar e formalizar a mão de obra da atividade gesseira; qualificar, formalizar e aprimorar a gestão empresarial da atividade gesseira; e desenvolver a qualidade e diversidade dos produtos finais do gesso;
- **Fomento da economia local**, que tem como objetivos específicos o desenvolvimento de alternativas sustentáveis de subsistência para a população local; a qualificação da mão de obra local; a promoção de inclusão produtiva de mulheres e a qualificação e aprimoramento da gestão empresarial na região;
- **Fortalecimento do Poder Público no polo gesseiro do Araripe**, que busca promover a atuação preventiva e a fiscalização em relação a abusos dos direitos dos trabalhadores; crianças e adolescentes e à degradação do meio ambiente na região do Araripe; combater o trabalho em condições análogas à de escravo e o trabalho infantil na atividade gesseira; promover a qualificação da gestão municipal sobre o trabalho em condições análogas à de escravo e infantil na atividade gesseira;
- **Sensibilização, conscientização, mobilização e articulação de atores envolvidos na atividade gesseira**, que tem como objetivos específicos disseminar conhecimento sobre direitos trabalhistas para a população local; promover campanhas de conscientização sobre o trabalho em condições análogas à de escravo e infantil na atividade gesseira, e criar uma rede tripartite (com poder público, empresas e trabalhadores) de articulação entre atores envolvidos na atividade gesseira para o combate ao trabalho em condições análogas à de escravo e ao trabalho infantil.

Todos os eixos estratégicos convergem para a conclusão de que, para a prevenção de violações e abusos dos direitos fundamentais do trabalho na atividade gesseira, assim como para a promoção do desenvolvimento econômico local do Araripe, é necessária uma maior interlocução e colaboração entre os diversos atores locais, públicos e privados, inclusive os próprios trabalhadores e trabalhadoras.

Nesse sentido, pretende-se estimular a adoção de um Pacto Setorial Tripartite para a Promoção de Melhores Condições de Trabalho na Atividade Gesseira. Não há uma fórmula única para a elaboração desse instrumento, mas o PDL traça diretrizes iniciais, capazes de orientar a atuação pública e privada.



SUMÁRIO

Sumário executivo.....	5
1. Introdução.....	11
2. Metodologia e premissas.....	17
3. O contexto socioeconômico do polo do Araripe	21
4. O funcionamento da cadeia produtiva do gesso.....	31
5. Desafios e oportunidades para a promoção do trabalho decente e desenvolvimento econômico local	39
5.1. Desafios e oportunidades relacionados ao processo produtivo do gesso	40
5.2. Desafios e oportunidades relacionados ao fomento da economia local.....	45
5.3. Desafios e oportunidades relacionados à atuação do poder público na região	46
5.4. Desafios e oportunidades relacionados a articulação e sensibilização de atores locais	50
6. Incentivos e capacidades para a promoção do trabalho decente e desenvolvimento econômico local	53
7. Plano de Desenvolvimento Local com alternativas de financiamento	63
8. Considerações finais.....	73
9. Referências.....	77



Introdução

No âmbito do Projeto “Promoção e Implementação dos Princípios e Direitos Fundamentais do Trabalho no Brasil” (“Projeto”), conduzido pela Organização Internacional do Trabalho (OIT) em parceria com o Ministério Público do Trabalho (MPT), foi estabelecido um eixo voltado para a promoção de cadeias produtivas sustentáveis, isentas de formas inaceitáveis de trabalho.

A cadeia produtiva do gesso surge como uma cadeia prioritária para o Projeto a partir do momento em que inspeções realizadas ao longo dos anos de 2015 a 2018 no principal polo gesseiro brasileiro, o polo do Araripe, alcançaram cerca de 300 empresas, especialmente pequenas e médias, que, em sua maioria, apresentaram irregularidades de ordem de saúde e segurança no trabalho. Algumas dessas irregularidades, graves, apontaram, inclusive, para indícios de trabalho em condições análogas à de escravo³.

3 Com redação dada pela Lei Federal nº 10.803, de 11 de dezembro de 2003, o artigo 149 do Código Penal caracteriza o tipo penal do trabalho em condições análogas à de escravo, que envolve a existência de uma ou mais das seguintes variáveis: i) trabalho forçado; ii) jornada exaustiva; iii) condições degradantes de trabalho; e iv) restrição da liberdade por meio de dívida com o empregador ou seu intermediário.

O polo do Araripe está situado no sertão do estado de Pernambuco e é composto, dentre outros, pelos municípios de Araripina, Trindade, Ipubi, Bodocó e Ouricuri, conforme mapa abaixo:

Figura 1: Mapa do estado de Pernambuco com o polo gesseiro do Araripe em destaque



Fonte: Instituto Brasileiro de Geografia e Estatística (IBGE), 2020.

Dada essa situação de desrespeito aos Princípios e Direitos Fundamentais no Trabalho⁴, a OIT foi a campo e conduziu uma análise situacional das condições de trabalho na atividade gesseira. Para além da questão do trabalho em condições análogas à de escravo, a equipe de pesquisa identificou também a presença de trabalho infantil. Essas informações foram sistematizadas e passaram a compor um documento de discussão não publicado.

O documento serviu de base para a promoção do diálogo social: mesas de diálogo foram conduzidas com o setor privado a partir de parceria com a Rede Brasil do Pacto Global (RBPG) da Organização das Nações Unidas (ONU), que exerceu fundamental apoio na mobilização e engajamento junto às empresas mapeadas no diagnóstico. Também os governos

4 Os direitos e princípios fundamentais no trabalho são consolidados nas oito Convenções Fundamentais da OIT, que são as Convenções n. 29 de 1930 (Convenção sobre Trabalho Forçado), n. 87 de 1948 (Convenção sobre Liberdade Sindical e a Proteção ao Direito de Sindicalização), n. 98 de 1949 (Convenção sobre o Direito de Sindicalização e Negociação Coletiva), n. 100 de 1951 (Convenção sobre Igualdade de Remuneração de Homens e Mulheres Trabalhadores por Trabalho de Igual Valor), n. 105 de 1957 (Convenção sobre Abolição do Trabalho Forçado), n. 111 de 1958 (Convenção sobre Discriminação em Matéria de Emprego e Ocupação), n. 138 de 1973 (Convenção sobre Idade Mínima de Admissão ao Emprego) e n. 182 de 1999 (Convenção sobre Piores Formas de Trabalho Infantil). Diversamente das Convenções, as Declarações da OIT são aplicáveis automaticamente a todos os Estados-membro, independentemente de ratificação (INTERNATIONAL LABOUR OFFICE, 1999). Para saber mais sobre a Declaração sobre os Princípios e Direitos Fundamentais no Trabalho e seu Seguimento e sobre as Convenções Fundamentais da OIT, ver INTERNATIONAL LABOUR ORGANIZATION. History of the ILO. Disponível em: <http://libguides.ilo.org/c.php?g=657806&p=4649148> Acesso em 14 março 2020.

locais (estado e municípios produtores) foram provocados a dar uma resposta sobre os problemas encontrados na cadeia produtiva.



Por meio de uma proposição da OIT, tais atores assinaram um Termo de Adesão ao chamado Grupo de Trabalho (GT) GESSO 2030. Ao aderir a essa iniciativa, setores privado e público se comprometeram a envidar esforços para a construção de um Plano de Desenvolvimento Local (PDL), que visa traçar diretrizes para a implementação de ações para promoção do trabalho decente⁵ por diferentes atores envolvidos na atividade gesseira. Ao todo, 14 entidades, entre públicas e privadas, assinaram o referido Termo e formam parte do GT⁶.

A partir desse cenário, OIT e MPT pretendem qualificar as discussões, ferramentas e instrumentos para a construção e consolidação do referido PDL. O Centro de Direitos Humanos e Empresas da Fundação Getúlio Vargas (FGV CeDHE)⁷ e a FGV Projetos⁸ (em conjunto referidos como "FGV") foram contratados e somados ao time de parceiros do Projeto para, com sua expertise, apoiar na estruturação das ações estratégicas no âmbito do PDL, com foco na construção de cenários que possibilitem uma solução sustentável capaz de reagir e enfrentar violações e abusos dos Princípios e Direitos Fundamentais no Trabalho e, ao mesmo tempo, promover desenvolvimento econômico local, considerando as capacidades e incentivos dos atores dessa cadeia produtiva.

Para isso, o trabalho da FGV adotou uma abordagem sistêmica, que buscou compreender os padrões relacionais entre os atores direta e indiretamente envolvidos na cadeia, a fim de identificar as capacidades e os incentivos de cada um para promover melhorias nas condições de trabalho na atividade gesseira e o desenvolvimento econômico local. Além disso, assumiu que o Estado e as empresas têm a responsabilidade de promover e respeitar os

5 Adotado formalmente pela OIT em 1999, o conceito de trabalho decente congrega os quatro objetivos estratégicos da OIT: o respeito aos direitos fundamentais no trabalho, a promoção do emprego produtivo e de qualidade, a ampliação da proteção social e o fortalecimento do diálogo social. Déficit de trabalho decente existem em casos de ausência de oportunidades de emprego, proteção social inadequada, violação e abusos de direitos fundamentais no trabalho e limitações ao diálogo social. Para mais, ver: Reducing the Decent Work Deficit: A Global Challenge", Report of the Director-General of the International Labour Office, International Labour Conference, 89th Session, Geneva, 2001.

6 Atualmente, integram o GT Gesso 2030 as seguintes entidades: Toledo Ferrari Construtora e Incorporadora Ltda; Tenda Negócios Imobiliários S.A; Sindicato da Indústria da Construção Civil no Estado de Pernambuco (SINDUSCON/PE); Sindicato da Indústria do Gesso do Estado de Pernambuco (SINDUGESSO); Tegra Incorporadora; MRV Engenharia e Participações S/A; Odebrecht Engenharia e Construção; OR Empreendimentos Imobiliários e Participações S.A; Município de Ouricuri/PE; Marília; Município de Araripina/PE; Câmara Brasileira da Indústria da Construção (CBIC); Secretaria de Desenvolvimento Econômico do Estado de Pernambuco; Associação Brasileira de Incorporadoras Imobiliárias.

7 Mais informações estão disponíveis em: <https://direitosp.fgv.br/centro-de-pesquisa/centro-de-direitos-humanos-empresas-cedhe>

8 Mais informações estão disponíveis em: <https://fgvprojetos.fgv.br/home>

direitos humanos e trabalhistas no âmbito dos negócios. Isso especialmente desde 2011, com o advento dos Princípios Orientadores sobre Empresas e Direitos Humanos, que consolidam essa responsabilidade como o padrão mínimo de conduta esperado em atividades e relações comerciais.

Este novo documento de discussão consolida as ações estratégicas do PDL, elaboradas a partir de um diagnóstico robusto sobre as condições de trabalho na atividade gesseira no polo do Araripe, que combinou métodos quantitativos e qualitativos de análise de dados primários e secundários e cujos principais resultados são aqui indicados. As ações estratégicas são estruturadas em 4 eixos estratégicos, cada um voltado à: (i) aprimoramento do processo produtivo; (ii) fomento da economia local; (iii) fortalecimento do Poder Público no Araripe; e (iv) sensibilização, conscientização, mobilização e articulação de atores locais.

É organizado em 8 seções, incluindo esta introdução. A **seção 2** detalha a metodologia empregada no Projeto e apresenta os principais conceitos que subsidiam as análises realizadas. A **seção 3** detalha o contexto socioeconômico em que opera a cadeia produtiva do gesso. A **seção 4** traz o detalhamento das relações comerciais da cadeia produtiva, com destaque para as peculiaridades das condições de trabalho em cada elo da cadeia. A **seção 5** consolida os principais desafios para a promoção do trabalho decente e o desenvolvimento econômico local na região do polo gesseiro do Araripe. A **seção 6** congrega a análise acerca dos incentivos e capacidades dos atores locais para a implementação de mudanças voltadas à melhoria das condições de trabalho na cadeia. A **seção 7** apresenta o PDL. A **seção 8**, por fim, traz uma breve conclusão do documento de discussão.



Metodologia e premissas

Para a estruturação das ações estratégicas no âmbito do PDL, foi realizado um diagnóstico que combinou métodos mistos de análise, quantitativos e qualitativos, em três etapas de trabalho.

Na primeira etapa, foram levantados e analisados dados secundários qualitativos sobre a atividade gesseira no polo do Araripe, a fim de identificar a dinâmica do processo produtivo, em todas as suas etapas e subetapas, bem como seus impactos nas condições de trabalho experimentadas pelos trabalhadores e trabalhadoras ao longo da extensão da cadeia.

Além disso, foi realizada uma análise descritiva de dados quantitativos sobre as dimensões social, econômica e político-administrativa locais para melhor compreensão de potencialidades e vulnerabilidades de cada município do polo. Foram acessados diferentes bancos de dados públicos, dentre os quais o Sistema Nacional de Contas (SNC) do Instituto Brasileiro de Geografia e Estatística (IBGE); o Portal do Empreendedor e o Portal da Transparência do Governo Federal; a Relação Anual de Informações Sociais (RAIS) do Ministério da Economia; os Indicadores da Capacidade de Pagamento (CAPAG), o Sistema Auxiliar de Informações para Transferências Voluntárias (CAUC) e informações da base de dados das Finanças Municipais (FINBRA) do Tesouro Nacional; e o Sistema de Informação de Mortalidade (SIM) e Nascidos Vivos (SINASC) do Ministério da Saúde.

No mais, foi realizada uma análise documental e temática de 101 Ações Cíveis Públicas (ACPs), todas em tramitação no Tribunal Regional do Trabalho da 6ª Região (TRT6) e identificadas a partir de planilha disponibilizada pelo MPT. As ACPs foram resultado de 7 Forças Tarefas realizadas sob liderança do MPT na atividade gesseira na região do Araripe até o início de 2020. Sua análise identificou as principais irregularidades trabalhistas consideradas

pelo MPT para responsabilização das empresas, assim como particularidades do trâmite das ACPs e os resultados predominantemente obtidos judicialmente.

A segunda etapa complementou a anterior com coleta de dados primários a partir de entrevistas qualitativas em profundidade com atores direta ou indiretamente envolvidos na cadeia produtiva do gesso na região do Araripe. Foram selecionados representantes do poder público municipal, estadual e federal; MPT; Subsecretaria de Inspeção do Trabalho (SIT); Justiça do Trabalho; sindicato patronal e dos trabalhadores; organizações da sociedade civil; grandes empresas compradoras de produtos finais derivados da gipsita; órgãos de apoio, como instituições financeiras; e instituições de ensino e pesquisa locais. No âmbito internacional, foi selecionado o Grupo de Trabalho da ONU sobre Empresas e Direitos Humanos para diálogo.

As entrevistas, que adotaram uma abordagem semiestruturada, foram realizadas *online* via *Microsoft Teams*, em razão da pandemia da Covid-19. O conteúdo das entrevistas foi submetido a uma análise temática, com o objetivo de identificar percepções sobre lacunas, desafios e oportunidades para a promoção de melhores condições de trabalho na atividade gesseira.

Dados os achados da primeira e da segunda etapas, na terceira etapa foi feita uma análise dos incentivos e capacidades dos diferentes atores direta e indiretamente envolvidos na cadeia produtiva do gesso para a adoção e implementação de ações voltadas à promoção de melhores condições de trabalho e desenvolvimento econômico local. Para isso, o quadro teórico *will-skill* (ou, em tradução livre, querer-poder) foi considerado, vez que possibilita delinear quais as motivações que um ator tem ou não tem para provocar uma determinada mudança de comportamento, e o que esse ator consegue ou não fazer para efetivar essa mudança no plano concreto (SPRINGFIELD CENTRE FOR BUSINESS IN DEVELOPMENT, 2014).

Os resultados das quatro etapas culminaram na elaboração preliminar das ações estratégicas no âmbito do PDL, voltadas à promoção de melhores condições de trabalho na atividade gesseira e desenvolvimento econômico local do Araripe. Essa versão foi debatida no evento virtual “Workshop Gesso 2030: definição do Plano de Desenvolvimento Local para a melhoria das condições de trabalho na cadeia produtiva do gesso”, realizado em fevereiro de 2021 pela OIT, MPT, RBPG e a FGV. Foi uma oportunidade para aprimorar, de forma colaborativa, as ações construídas.

A versão final das ações estratégicas considerou as contribuições do evento. Foram apresentadas em reunião *online* da Câmara Setorial do Gesso do estado de Pernambuco, com o objetivo de impulsionar o debate sobre promoção de melhores condições de trabalho na cadeia produtiva do gesso e desenvolvimento econômico local dentro da Câmara Setorial, um espaço importante de interlocução entre os atores da região.

Todo o percurso de construção das ações estratégicas do PDL foi pautado por três premissas teóricas. A primeira considera que há uma assimetria de poder e influência entre as empresas em uma cadeia produtiva, que afeta não apenas a distribuição de riscos e vantagens econômicas, como também as condições de trabalho ao longo da extensão da cadeia. É dizer, nas relações comerciais em cadeias produtivas, as empresas desempenham papéis diferentes e possuem responsabilidades distintas no que se refere ao processo produtivo e às condições de trabalho (INTERNATIONAL LABOUR OFFICE, 2015; GEREFFI; LEE, 2016).

A segunda premissa assume que essa dinâmica não opera de forma isolada. Ao contrário, é influenciada e influencia um contexto econômico, político social e normativo específico. Reconhece, assim, que cadeias produtivas são fenômenos complexos, cujas partes não se relacionam de forma linear e estanque, mas sim organizadas em redes emaranhadas e mutáveis, permeadas por estruturas diversas (VARGO et al., 2017). Nessa acepção, uma intervenção em uma cadeia produtiva, no caso, voltada à promoção do trabalho decente e do desenvolvimento econômico local, pressupõe uma mudança de comportamento dos atores envolvidos, a depender de seus incentivos e capacidades nesse sentido.

Isso em um contexto em que o respeito aos direitos humanos e trabalhistas é o mínimo esperado das empresas em suas atividades e operações, independentemente de seu tamanho ou setor de atuação. Trata-se, como considera a terceira premissa, de uma responsabilidade compartilhada com os estados, que têm ainda o dever primário de proteção dos direitos humanos (RUGGIE, 2014). Tal é previsto nos Princípios Orientadores sobre Empresas e Direitos Humanos (POs) da ONU, que marcam um novo entendimento sobre o papel das empresas em relação aos direitos humanos.

É considerando isso que as ações estratégicas do PDL se voltam a dois conceitos interconectados, o desenvolvimento econômico local e o trabalho decente. Este último se refere ao trabalho exercido de forma produtiva e de qualidade, em condições de liberdade, equidade, segurança e dignidade humana. Por sua vez, o desenvolvimento econômico local é baseado no fomento de um determinado território a partir de suas potencialidades e vulnerabilidades, considerando as diversas dinâmicas e interações entre os atores dos setores público e privado. Tem o potencial de gerar maior estabilidade em uma economia, ao identificar as atividades que devem ser fortalecidas e incentivadas, resguardando, no médio e longo prazo, a economia local de incertezas externas e tornando-a mais reativa. Nesse ambiente, as empresas têm condições de gerar mais empregos. Não somente, o desenvolvimento econômico local pode gerar mais empregos e com mais qualidade. Isso porque considera as diferentes perspectivas e oportunidades de um território, de modo a levar em consideração as condições de trabalho atuais e sua necessidade ou não de melhoria (INTERNATIONAL LABOUR OFFICE, 2005).

As seções seguintes apresentam os principais resultados obtidos no diagnóstico e as ações estratégicas do PDL.



O contexto socioeconômico do polo do Araripe

A qualificação e a identificação do contexto econômico, legal e político do polo gesseiro é essencial para a compreensão efetiva da cadeia produtiva do gesso. Isso porque as relações comerciais entre empresas não operam isoladamente e tampouco são estanques e imutáveis; ao contrário, se dão em cenários socioeconômicos e político-administrativos particulares, de modo dinâmico e complexo.

Com efeito, as atividades inerentes ao polo gesseiro incidem seletivamente no espaço geográfico, implicando no estabelecimento de formas e conteúdo que mobilizam fluxos e direcionamentos sobre os atores locais e, concomitantemente, terminam por redefinir os sentidos e as expectativas sociais.

Nesse sentido, a análise descritiva de dados quantitativos que busque avaliar, com uma perspectiva multidimensional, o ambiente socioeconômico em que os municípios pertencentes ao polo do Araripe estão inseridos é fundamental no processo de construção das ações estratégicas do PDL.

Essa análise é um processo de construção de conhecimento para além da compreensão de indicadores que contextualizam as configurações locais e as relações meramente econômicas voltadas para o polo gesseiro. É um instrumento norteador para o planejamento e identificação de objetivos, de prioridades, de potencialidades e dos interesses dos atores locais.

Considerando isso, foi realizada uma descrição do processo social e econômico dos cinco principais municípios que envolvem o polo gesseiro. Neste âmbito, foram consideradas as

3 (três) dimensões de análise: **social, econômica e fiscal**. Esta tipologia multidimensional se caracteriza como dinâmica apta a incorporar especificidades sociais e econômicas locais e cumprir com as exigências do escopo do trabalho desenvolvido.

Para a **dimensão social**, foram levantados dados e informações sobre a dinâmica populacional, habitação, educação, saúde e assistência social. A análise dessa dimensão buscou articular a dinâmica demográfica aos processos e fenômenos sociais do polo gesseiro.

Para os totais de população, estimativa do ano de 2019, **os cinco (5) municípios que formam o polo gesseiro totalizaram, conjuntamente, 253.398 habitantes, representando 2,7% da população de Pernambuco. O município de Araripina é o mais populoso**, com estimativa populacional de 84.418 habitantes; enquanto o município Trindade é o de menor população, com 30.521 habitantes.

Se considerarmos o período entre 2010 e 2020, este conjunto de municípios apresenta crescimento de 7,9% em sua população. Tal crescimento é superior ao estado de Pernambuco, cujo crescimento para o mesmo período foi de 6,8%. Ainda, destaca-se o alto crescimento de Ipubi (12,5%) e Trindade (10,9%)⁹.

Quanto à composição da população – por tipo de área, por sexo, por idade e condição de habitação – existem apenas informações do último Censo Demográfico (IBGE, 2010). Abaixo são listados alguns apontamentos observados para estes tópicos:

- Com exceção de Trindade (14%), **as proporções de população residente em áreas rurais são superiores às do estado de Pernambuco como um todo (19,8%) e também do Brasil (15,6%). Em Bodocó, particularmente, 63,5% da população residente está em áreas rurais.**
- **Todos os municípios estão em um estágio preliminar do processo de envelhecimento populacional e situados na etapa da transição demográfica conhecida como bônus demográfico**¹⁰.
- As condições de habitação apresentaram proporções acima de 50% para a população residindo em domicílios com condições de saneamento semi-adequado ou inadequado¹¹.

9 A FGV elaborou estimativas futuras da população para os municípios. A metodologia aplicada - Método AiBi - é a mesma utilizada pelo IBGE nas estimativas oficiais da divisão de recursos do Fundo de Participação Municipal (FPM).

10 O bônus demográfico é aqui caracterizado pelo crescimento da proporção da população com idade entre 15 e 64 anos em relação ao total da população. Maiores detalhes e discussões sobre os conceitos de transição demográfica e bônus demográfico no contexto brasileiro podem ser encontrados em ALVES (2020).

11 Domicílios em que pelo menos um dos serviços de abastecimento de água, coleta de lixo ou esgotamento sanitário não é adequado.

Estes mesmos dados do Censo Demográfico (IBGE, 2010), referentes à educação, mostram uma alta **taxa de analfabetismo entre a população de 15 anos ou mais, com números próximos à 25%, ou seja, nestes grupos populacionais cerca de um quarto do total é analfabeto**. Observa-se que, com a intensificação das políticas educacionais universalistas no país, pós Constituição Federal, este indicador tende a se reduzir ao longo do tempo.

Sobre a qualidade do ensino ofertado na rede pública, mensurada através do Índice de Desenvolvimento da Educação Básica (IDEB)¹², observa-se, entre 2005 e 2017, tendência de melhora em todas as etapas de ensino. Apesar da evolução do IDEB, **os níveis educacionais, com exceção do município de Trindade, se apresentam inferiores quando comparados aos níveis apresentados pelos demais municípios do estado de Pernambuco**.

Em resumo, existe grande heterogeneidade na qualidade da educação ofertada entre os municípios para estas etapas de ensino. Dado que existe forte concentração de matrículas na rede pública, é importante criar mecanismos e políticas para adequação e melhoria da qualidade de ensino em alguns municípios. Muito além disso, é importante entender como estes diferenciais impactam a inserção no mercado de trabalho e como colaboram na superação de vulnerabilidades sociais, especialmente para a população jovem.

No mais, devido à pandemia da Covid-19, é essencial entender qual a estrutura de **saúde** presente nos municípios do polo do Araripe, conforme dados do Ministério da Saúde. **Em relação à disponibilidade de equipamentos de saúde, foi observada maior precariedade em municípios como Ipubi, que não possui hospital, e o contraponto entre a disponibilidade de leitos em Araripina e Ouricuri em relação aos demais municípios**. Bodocó, por exemplo, apresenta disponibilidade de leitos quase 7 vezes menor (0,6 leitos por mil habitantes) do que Ouricuri (4,1 leitos por mil habitantes).

Se considerarmos a estrutura de óbitos e internações observada nos municípios do polo gesseiro, se destaca a alta incidência¹³ (com quociente locacional de 1,2) das doenças do aparelho respiratório, comparada à do estado de Pernambuco. Esta constatação é importante, pois os padrões de internações e óbitos se relacionam diretamente com as atividades do gesso. Além disso, merecem destaque: as questões relativas à saúde da mulher e a alta fecundidade – como alta incidência de internações para gravidez, parto e puerpério (QL = 1,3); questões relativas às condições sociais e de inadequação sanitária – como alta

12 O IDEB é um indicador que reúne os resultados de dois conceitos para a mensuração da qualidade da educação: o fluxo escolar e as médias de avaliações de desempenho.

13 O termo incidência se refere ao Quociente Locacional (QL). Este indicador compara a estrutura de óbitos ou internações dos Municípios do polo gesseiro, com a estrutura de óbitos ou internações de uma área maior, no caso o estado de Pernambuco. Valores maiores que 1 indicam maior prevalência dos óbitos ou internações para o grupo analisado em relação à estrutura de óbitos ou internações do Estado.

incidência de doenças infecciosas e parasitárias (1,2); e questões relacionadas à segurança – como altos índices de óbitos por causas externas ou violência (1,1).

Por fim, ainda na **dimensão social**, as informações do Cadastro Único sobre **Assistência Social** mostram que **135.499 pessoas estão em situação de extrema pobreza** – rendimento per capita familiar mensal até R\$ 89,0 – **o que representa 53,5% da população total dos municípios**. Esse fato, aliado às demais informações apresentadas anteriormente, reforça o **contexto de vulnerabilidade social** em que a população local está inserida.

Assim, antes de se apresentar e caracterizar a **economia local** dos municípios de interesse, será apresentado um descritivo dos impactos econômicos já mensuráveis da pandemia da Covid-19 no nível nacional e, quando possível, no estado de Pernambuco.

As informações do **Sistema de Contas Nacionais (SCN)**, do IBGE, apontam que o Produto Interno Bruto (PIB), considerando a ótica da produção, no primeiro trimestre de 2021 apresentou crescimento de 1,2% em relação ao trimestre anterior e de 1,0% em relação ao mesmo período do ano de 2020.

Ainda considerando o primeiro trimestre de 2021, o **setor da construção civil – estratégico para o polo do gesso – teve aumento de 2,1% comparado ao trimestre anterior e queda de 0,9% comparado ao mesmo período do ano anterior**. Esse setor deve ser analisado com cautela, pois apresentou volatilidade nos seus índices de volume ao longo do ano de 2020



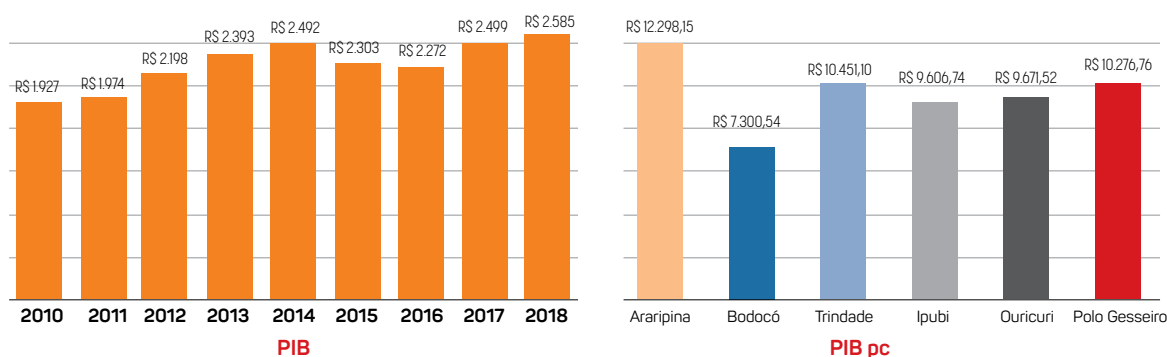
e, após os impactos decorrentes da crise pandêmica, houve recuperação da atividade econômica aos mesmos níveis observados posteriormente¹⁴.

Quando se considera a ótica da demanda, o SCN apresenta queda representativa no consumo familiar de aproximadamente 1,7% em relação ao mesmo período do ano de 2020, ou seja, existem indicativos de efeitos econômicos indiretos derivados da queda da demanda familiar nos setores de atividades – estes impactando especificamente os setores de serviços e comércio.

Estes apontamentos são indicativos dos **impactos econômicos originados da crise decorrente da pandemia da Covid-19**, que afeta diretamente no emprego e renda nacional, para além do entendimento da estrutura econômica local da região do polo gesseiro. Entretanto, seus efeitos podem ser exacerbados em contextos de vulnerabilidade social, como é majoritariamente o caso dos municípios do polo gesseiro.

No âmbito local, o **Produto Interno Bruto (PIB)** na totalidade dos municípios do polo gesseiro apresentou **crescimento de consideráveis 34%, entre 2010 e 2018. Porém, após o ano de 2014, foram registradas duas quedas consecutivas, em 2015 e 2016, e recuperação em 2017 e 2018.** Tais quedas foram mais acentuadas nos municípios de Araripina e Trindade. Observa-se que o movimento no PIB apresentado segue os padrões do setor de construção civil nacional.

Figura 2: Evolução do Produto Interno Bruto* (PIB), por R\$ 1.000.000,00, entre 2010 e 2018, e PIB per capita, 2018, para o conjunto dos municípios do polo gesseiro.



Fonte: Produto Interno Bruto Municipal – IBGE, 2018.
[*Valores Corrigidos pelo IPCA para 2018.]

14 A variação, entre 2020 e 2021, do índice de volume a preços corrente com ajuste sazonal do setor de construção civil apresentou forte volatilidade na comparação com o respectivo trimestre anterior: (i) queda de -7,5% no segundo trimestre de 2020; (ii) recuperação de 6,5% no terceiro trimestre de 2020; (iii) estabilidade no quarto trimestre de 2020 (-0,2%) e; (iv) recuperação de 2,1% no primeiro trimestre de 2021. Como resultado desta dinâmica, comparando-se o primeiro trimestre de 2020 e 2021, o índice de volume deste setor se mantiveram nos mesmo níveis e com leve crescimento de aproximadamente 0,3%.

É primordial entender se a tendência de recuperação do indicador se manterá no futuro, em quais municípios estas tendências permanecerão, quais setores de atividade foram os responsáveis pela queda e posterior recuperação e se existem setores que sofreram algum tipo de estrangulamento e que possuem eventualmente potencial de crescimento mais acentuado no futuro.

Araripina é o município mais populoso da região e concentra 40% do PIB da região do polo gesseiro. Do ponto de vista do PIB per capita, exceto Araripina e Trindade, todos os municípios apresentam o indicador abaixo da média da região – destacando-se Bodocó com PIB per capita 41% abaixo da média regional. Estes fatores são explicados pelo contraponto entre a participação de setores de agropecuária e da administração pública com setores industriais, que geram maior valor agregado. **Bodocó, por exemplo, tem alta dependência do setor administrativo (57%), enquanto Araripina se apresenta como município mais industrializado (24,3%).** Portanto, desenvolver uma agenda econômica baseada na identificação das potencialidades municipais, respeitando as vocações específicas de cada um dos municípios, se apresenta como ação necessária para se obter maior diversidade e ampliar de forma mais igualitária o crescimento da economia local.

Tabela 1: Composição setorial do PIB municipal, 2018.

Município	Agro	Indústria	Serviços e Comércio	Adm. Pública
Araripina	4,1%	24,3%	36,3%	35,2%
Bodocó	14,4%	4,5%	24,1%	57,0%
Trindade	1,4%	18,3%	37,5%	42,8%
Ipubi	7,5%	18,0%	28,4%	46,1%
Ouricuri	4,4%	7,7%	42,8%	45,1%
Polo Gesseiro	5,4%	16,4%	35,9%	42,3%

Fonte: Produto Interno Bruto Municipal – IBGE, 2018.

Em relação às **condições de trabalho e renda**, é importante mensurar informações sobre desocupação e informalidade¹⁵. Atualmente, existem poucas informações sobre estes temas no nível municipal, já que os últimos dados que abarcam mercado de trabalho de forma ampla são referentes ao Censo Demográfico do IBGE e datam do ano de 2010. **A taxa de desocupação, de acordo com o Censo Demográfico de 2010, era maior nos municípios de Trindade, Ipubi e Ouricuri; enquanto o emprego local era formado em sua grande maioria por ocupações informais.**

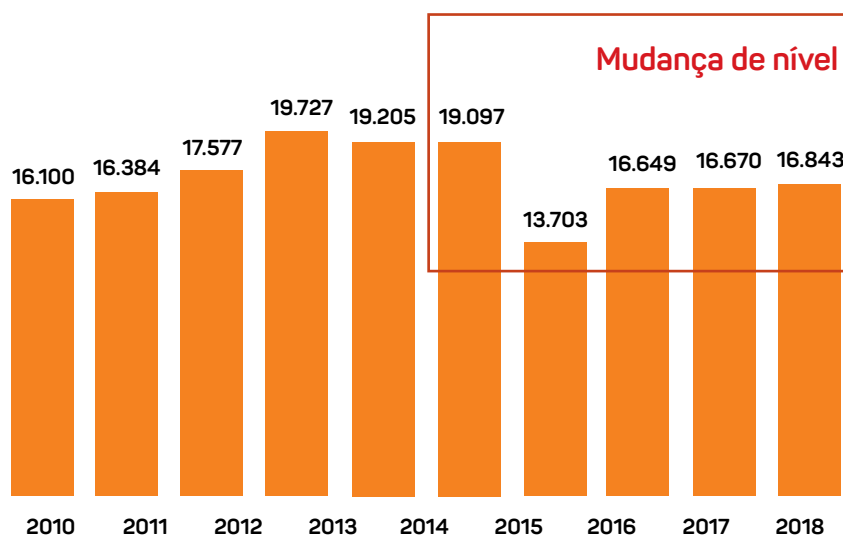
¹⁵ Existem diversos conceitos de informalidade na literatura. Do ponto de vista quantitativo, a mensuração da informalidade no mercado de trabalho depende dos conceitos utilizados na pesquisa utilizada para tal. Com isso, a análise do mercado informal, via métodos quantitativos, pode variar entre diferentes estudos e pesquisas.

Estes dados e informações são relevantes para se entender o mercado de trabalho da região, mesmo que defasados. Os diferenciais encontrados nos níveis de informalidade, provavelmente, se devem à maior participação de atividades industriais e às prestações de serviços com maior valor agregado e representam aspecto importante para promoção de trabalho decente, pois a formalização das ocupações locais resulta em garantias e acesso a direitos para o trabalhador como, por exemplo, o acesso ao sistema de Previdência Social.

Nesse cenário, **políticas de formalização voltadas para trabalhadores por conta-própria e autônomos, por meio de políticas como as do Microempreendedor Individual (MEI), têm aumentado na região.** Em 2011 e 2019¹⁶, na totalidade de municípios da região, foram encontrados 911 e 4.537 registros de MEIs, respectivamente. Este aumento representa crescimento de 398%, porém inferior à variação observada em Pernambuco (411%).

Quanto ao estoque de vínculos de empregos formais observados na Relação Anual de Informações Sociais (RAIS), do Ministério da Economia, se observa queda e mudança de nível entre 2015 e 2016. Entre estes anos foram destruídos 5.394 vínculos formais na região do polo gesseiro, sendo que a maior parte referente ao setor de Administração Pública e concentrados no município de Araripina¹⁷.

Figura 3: Evolução dos vínculos de emprego formal observados nos municípios do polo gesseiro, entre 2010 e 2019.



Fonte: Relação Anual de Informações Sociais - Ministério da Economia, 2019.

¹⁶ Dados referentes ao mês de dezembro.

¹⁷ Pode-se especular que esta diferença seja resultado de erro de declaração nos registros cadastrais da RAIS.

Em relação às empresas formais do polo gesseiro, de acordo com o cadastro da Receita Federal, existem 12.305 empresas cadastradas, sendo destas: 2.687 ativas; 2.387 (89%) micro ou pequenas empresas; 1.642 adeptas ao regime fiscal do Simples Nacional e; 300 médias ou grandes empresas. Aponta-se que, dentre as atividades da cadeia do gesso, foram encontradas 748 empresas formais ativas, porém, existem fortes indícios de que a informalidade atinja também o empresariado local, ou seja, o valor apresentado está subestimado em relação ao total de empresas que atuam no território e nas atividades gesseiras.

Para a análise da situação fiscal dos municípios - que representa a dimensão institucional - foram utilizadas informações extraídas das bases de dados do Tesouro Nacional sobre a Capacidade de Pagamento (CAPAG). Segundo descrição do Tesouro:

A análise da capacidade de pagamento apura a situação fiscal dos Entes Subnacionais que querem contrair novos empréstimos com garantia da União. O intuito da CAPAG é apresentar de forma simples e transparente se um novo endividamento representa risco de crédito para o Tesouro Nacional. A metodologia do cálculo, dada pela Portaria MF nº 501/2017, é composta por três indicadores: endividamento, poupança corrente e índice de liquidez. Logo, avaliando o grau de solvência, a relação entre receitas e despesa correntes e a situação de caixa, faz-se diagnóstico da saúde fiscal do Estado ou Município¹⁸.

A Portaria destaca três requisitos de elegibilidade, uma análise de pedido de verificação dos limites e condições de operação de crédito, que o ente pleiteante tenha capacidade de pagamento calculada e classificada como A ou B; que haja comprovação de suficiência das contragarantias oferecidas à União; e que haja manifestação favorável quanto ao custo efetivo da operação de crédito¹⁹.

18 Maiores detalhes sobre a CAPAG podem ser obtidos em: <https://www.tesourotransparente.gov.br/temas/estados-e-municipios/capacidade-de-pagamento-capag>

19 Art. 9º O custo efetivo máximo aceitável das operações de crédito garantidas pela União será determinado com base em metodologia a ser definida pela STN.

Tabela 2: Capacidade de Pagamento dos Municípios pertencentes ao polo gesseiro.

Instituição	Endividamento	Nota	Poupança Corrente	Nota	Liquidez	Nota	Classificação CAPAG
Araripina	64%	B	91%	B	1452%	C	C
Bodocó	29%	A	151%	C	5%	A	C
Ipubi	34%	A	94%	B	32%	A	B
Ouricuri	76%	B	186%	C	823%	C	C
Trindade	12%	A	92%	B	113%	C	C

Fonte: Tesouro Nacional, abril de 2021.

Ressalta-se, nesse sentido, que para qualquer operação de crédito das quais os entes sub-nacionais dependam de garantias ou aval da União, a **CAPAG é o parâmetro de risco de crédito**. A metodologia, bem como as descrições das análises de suficiência são objeto da Portaria nº 501, de 23 de novembro de 2017. Nesse sentido, **todos municípios, com exceção de Ipubi, foram classificados com nota CAPAG C, impossibilitando assim a obtenção de garantia de operações de crédito**.

Outras constatações, considerando os dados disponibilizados pelo Tesouro Nacional para o ano fiscal de 2018, reforçam o quadro de fragilização da situação fiscal dos municípios, como a baixa receita corrente *per capita*; a alta dependência de transferências governamentais; os altos gastos com pessoal e dificuldades em cumprir os parâmetros definidos pela Lei de Responsabilidade Fiscal²⁰.

Isto posto, no âmbito social, a população dos municípios do polo do Araripe é majoritariamente rural, reside em moradia condições inadequadas de saneamento, tem baixa escolaridade e reduzido acesso a aparatos de saúde públicos. Além disso, prevalecem situações de extrema pobreza. No âmbito econômico, o município de Araripina concentra grande parte do PIB da região, mas os demais têm PIB per capita abaixo da média estadual. Ainda, prevalecem ocupações informais nos totais de vínculos formais de emprego nos anos entre 2017 e 2019. No âmbito fiscal, por fim, os municípios têm baixa classificação fiscal, denotando elevado risco de crédito.

20 Lei complementar Nº 101, de 4 de Maio de 2000.



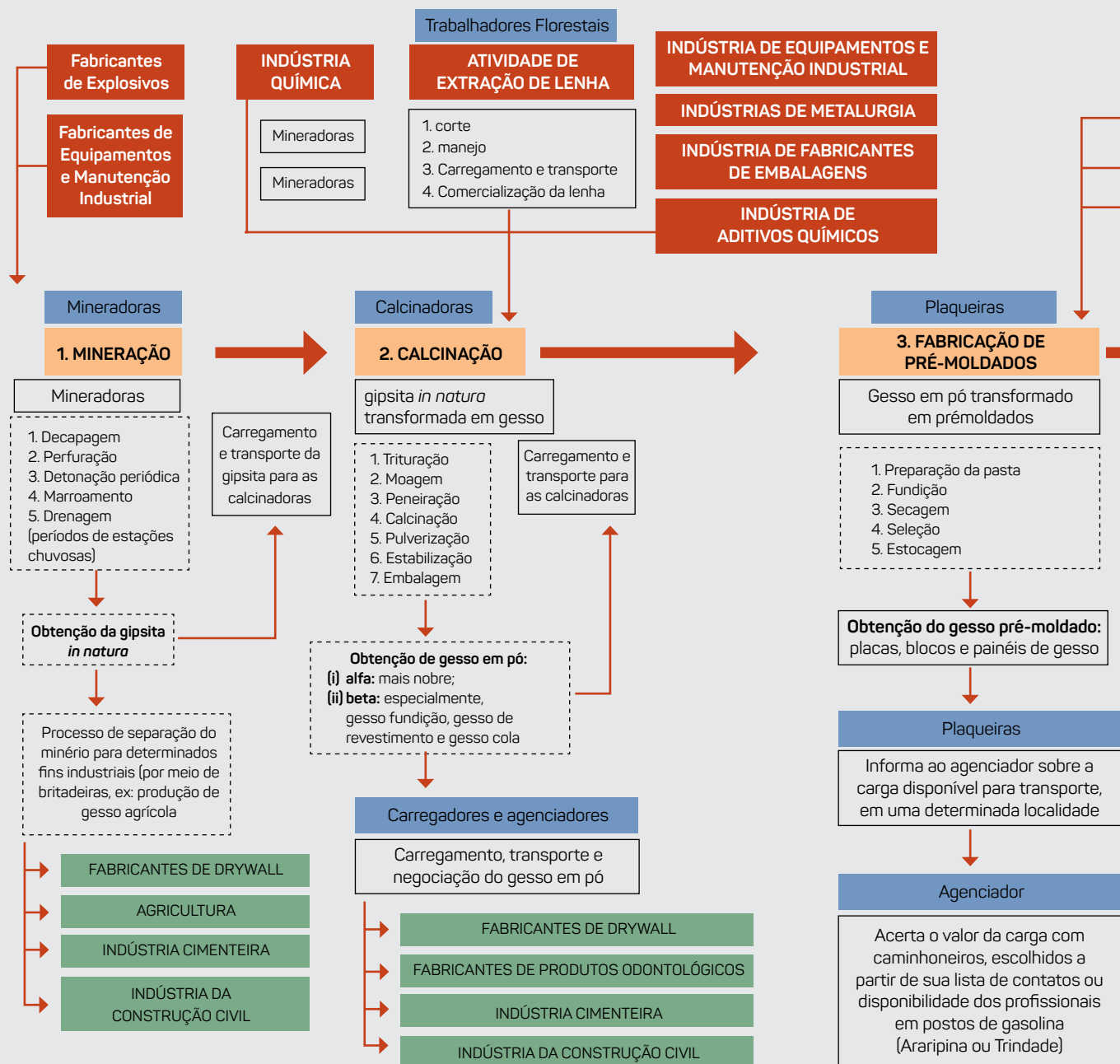


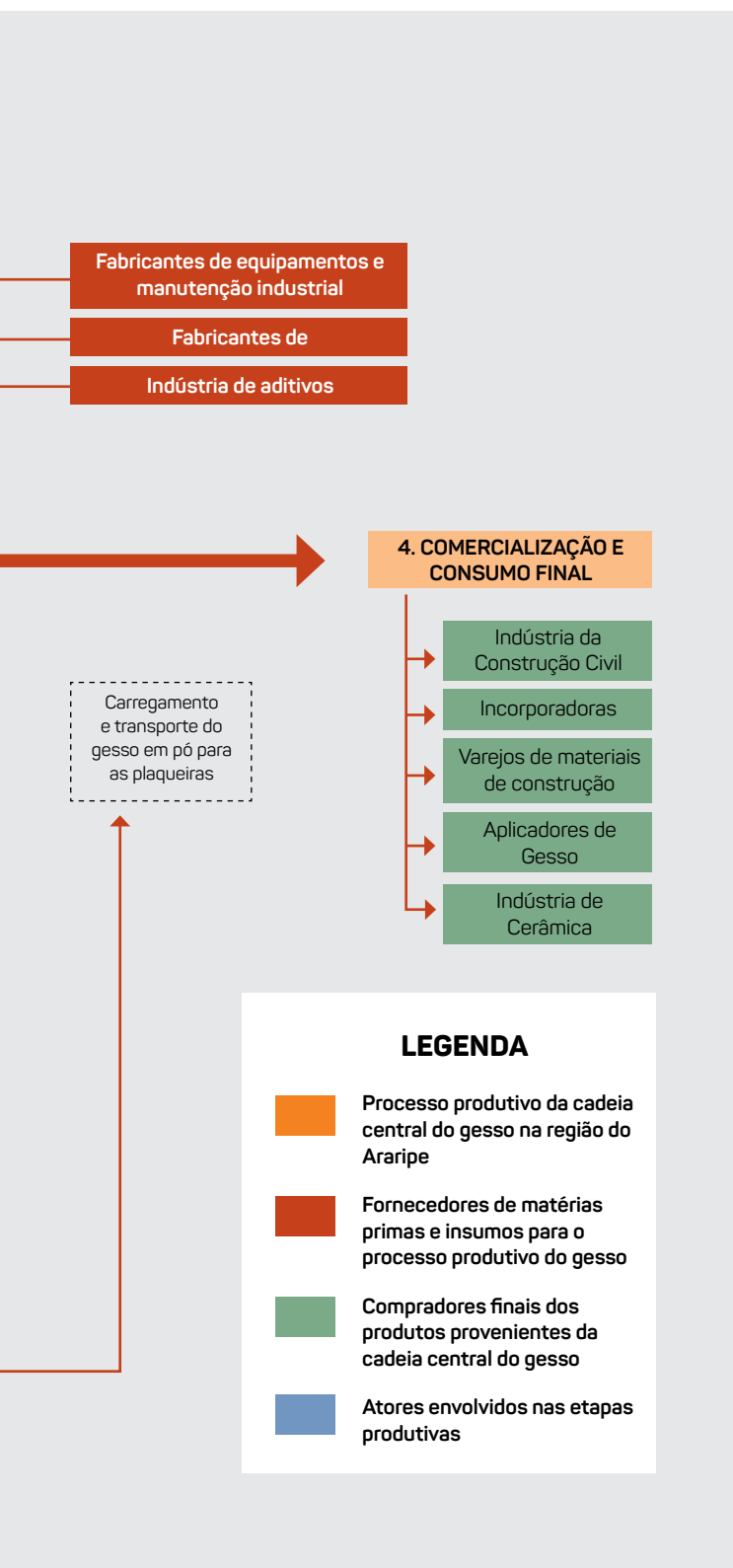
O funcionamento da cadeia produtiva do gesso

Os municípios do polo gesseiro possuem um contexto socioeconômico particular e fragilizado em seus diferentes aspectos social, econômico e fiscal. É nesse contexto em que operam, de forma dinâmica, as diferentes relações comerciais e as relações de emprego, no mercado formal e informal, que compõem a cadeia produtiva do gesso, em toda a sua extensão. Esta seção delineia esse funcionamento, indicando, a partir de uma análise de dados secundários qualitativos, os principais elos da cadeia produtiva, assim como déficits de trabalho decente a eles relacionados.

Em linhas gerais, **a cadeia produtiva do gesso é organizada essencialmente em quatro etapas: (1) mineração; (2) calcinação; (3) fabricação de pré-moldados; e (4) comercialização e consumo final**, conforme se observa na figura abaixo:

Figura 4: Fluxograma da cadeia produtiva do gesso no polo gesseiro do Araripe





Na etapa da **(1) mineração**, extrai-se a gipsita bruta do solo, utilizando-se de uma série de procedimentos, como a decapagem mecânica e manual (retirada da terra até que se observe a camada mineralizada), perfuração, detonação periódica (por meio da utilização de explosivos) e marroamento (quebra dos blocos maiores com o auxílio de um marrão) (DNPM, 2001).

Nas minas, destacam-se as diferentes funções exercidas pelos trabalhadores, que podem estar relacionadas a: (i) serviços gerais, como fazer limpezas diversas, incluindo a do terreno; (ii) marteleiros, responsáveis pelo manuseio dos martelos contra as bancadas; (iii) operadores de máquinas; (iv) motoristas de caminhões; (v) encarregados do desmonte, responsáveis pelo carregamento dos furos com explosivos e pelo processo de detonação; e (vi) funções técnicas, abrangidas pelos geólogos, engenheiros de minas, gerentes e técnicos em mineração (ARAÚJO, S; MARTINS, L, 2012).

A exposição constante a máquinas e equipamentos causadores de ruídos e poluentes, sem as devidas proteções, torna o ambiente das minas desfavorável para a saúde dos trabalhadores, especialmente no tocante a problemas auditivos, cardíacos e respiratórios (ARAÚJO, S; MARTINS, L, 2012).

Após esses processos, a depender do porte e da escala de produção da mineradora, são dois os caminhos possíveis para a gipsita obtida *in natura*. O primeiro deles é a separação dos blocos do minério para determina-

dos fins industriais, como para a produção de gesso agrícola, por exemplo. Utilizado como insumo para uma série de cadeias produtivas do agronegócio, como a da cana-de-açúcar, o produto é empregado na correção da acidez dos solos, influenciando positivamente no aumento da produtividade das culturas agrícolas (FREIRE, F; FREIRE, M; ROCHA, A; OLIVEIRA, A, 2007).

Ainda, destacam-se como compradores finais desta etapa os fabricantes de *drywall*, a indústria cimenteira e a indústria da construção civil. Em menor escala, a gipsita bruta também é utilizada como carga de papel, na fabricação de tintas, discos, pólvoras, botões de fósforos, no acabamento de tecidos de algodão, na carga de inseticidas, no polimento de chapas, como *filler* da construção de estradas asfaltadas e como insumo para aumentar a “dureza” das cervejas (GOMES NETO, W, 2005).

O segundo caminho possível para a gipsita *in natura* é o seu carregamento e transporte para as calcinadoras, próximo elo no processo produtivo, por meio de pás carregadeiras e caminhões basculantes. Esse transporte é de responsabilidade do calcinador, por meio da contratação de serviços de terceiros, que buscam o produto *in natura* na própria mina (ARAÚJO, S; MARTINS, L, 2012).

Na **(2) calcinação**, a gipsita bruta é exposta à ação do calor e obtém-se o gesso em pó. **Os fornos utilizados nesse processo são alimentados essencialmente com a lenha, extraída da caatinga na região pelos chamados trabalhadores florestais, muitas vezes invisíveis ao longo da cadeia produtiva do gesso.** O processo de extração da lenha conta com as seguintes fases: corte, manejo, carregamento e transporte e comercialização. Utiliza-se também óleos de Baixo Ponto de Fluidez (BPF) e coque de carvão (NOVAES JÚNIOR, 2012).

O USO DA LENHA NA REGIÃO DO ARARIPE

A produção de lenha na região é fundamental para a sobrevivência de milhares de pequenos produtores rurais, especialmente durante as secas e períodos prolongados de estiagem que afetam a capacidade de produção de alimentos e a sobrevivência dos núcleos familiares. Nesta situação, a produção de lenha é uma das poucas alternativas de geração de renda.

A depender da temperatura empregada, é possível produzir dois tipos de gesso: (i) gesso alfa, considerado mais nobre, com maior valor agregado, utilizado especialmente na indústria da odontologia; e (ii) gesso beta, formado por cristais heterogêneos, menos resistentes, sendo mais utilizado na indústria da construção civil (MUNHOZ, F; ADILSON, R, 2020). A partir do gesso beta, especialmente dos tipos de fundição (tipo A) e de revestimento (tipo B), considerados tipos básicos, são produzidos: gesso cola, gesso projetado, gesso com pega retardada, gesso cerâmico, argamassa auto-nivelante e giz (BALTAR, C; BASTOS, F; LUZ, A, 2008).

Nesses processos, é essencial o fornecimento de insumos como os provenientes da indústria da metalurgia, da indústria de equipamentos e manutenção industrial, da indústria de fabricantes de embalagens e da indústria de aditivos químicos.

Na calcinação, diferentes funções são atribuídas aos trabalhadores. O calcinador é o responsável por carregar o forno e checar o seu ponto de calcinação. O forneiro, por sua vez, abastece o forno com o óleo BPF, coque ou lenha. Já o balanceiro aciona os botões elétricos e é responsável por colocar os sacos na balança e retirá-los após o enchimento. Os carregadores transportam os sacos para o estoque e posteriormente, para os caminhões. Quando presentes, gerentes e secretárias(os) executam serviços de natureza administrativa (ARAÚJO, S; MARTINS, L, 2012).

A poeira decorrente do processo de calcinação leva a uma série de problemas à saúde dos trabalhadores, como irritação nos olhos, nas mucosas e no aparelho respiratório, acarretando, em alguns casos, até mesmo efeitos crônicos permanentes e distúrbios neuropsíquicos (MEDEIROS, M; GUERRERO, J. SILVA, L, 2010; MEDEIROS, M, 2003; SEVERO, E; SOUZA, H; 2017).

Posteriormente, a partir da obtenção do gesso em pó, novamente, tem-se dois caminhos possíveis para o gesso. O primeiro é o seu carregamento e transporte para grandes indústrias, em especial, as cimenteiras, construção civil, fabricantes de produtos odontológicos e fabricantes de *drywall*. O carregamento e transporte é feito pelos carregadores e a negociação é feita pelos chamados agenciadores. A figura do agenciador, enquanto agente intermediário, opera nessas etapas para coordenar a oferta dos produtores com as demandas das empresas compradoras²¹.

²¹ Segundo os achados da pesquisa de campo realizada pela OFT em 2019, existem dois tipos de agenciadores, os que atuam por conta própria, construindo relações de confiança com empresários do polo, e aqueles empregados pelas próprias empresas, que recebem em lugar de comissões por carga, um salário fixo. O pagamento dos serviços do agenciador não é feito por nenhuma das empresas envolvidas no processo, mas sim pelo caminhoneiro.



O segundo caminho do gesso é o carregamento e transporte para as chamadas “plaqueiras”, “gangorras” ou “fabriquetas”, terceiro grande elo da cadeia produtiva, responsáveis pela fabricação de pré-moldados.

Na **(3) fabricação de pré-moldados**, por sua vez, transforma-se o gesso em pó em placas, blocos e painéis de gesso. O processo ocorre em diferentes graus de mecanização na região; algumas fábricas se utilizam de esteiras mecânicas (o chamado sistema “carrossel”), e outras realizam o processo de modo 100% manual. Como fornecedores

de insumos, destacam-se especialmente a indústria de aditivos, de embalagens e de equipamentos e manutenção industrial. Os aditivos químicos, em especial, possuem uma função importante nesta etapa para acelerar ou retardar o tempo de pega, aumentar a consistência da pasta de gesso, reter e reduzir a quantidade de água, dentre outras finalidades (BALTAR, C; BASTOS, F; LUZ, A, 2008).

Os trabalhadores “plaqueiros”, majoritariamente mulheres, atuam mais especificamente no manuseio do gesso nas caixas de silicone, em sua retirada e reorganização. Nesse ponto, é importante destacar que, apesar de ser a mão de obra predominante nesse contexto, há diversos preconceitos em relação às mulheres na atividade gesseira, sobretudo relacionados a uma suposta “limitação de força física” para a realização das atividades²².

Como consequência, **muitas mulheres recebem salários inferiores, mesmo quando desempenham as mesmas funções que os homens e até mesmo quando possuem maior expertise**. Soma-se a esse quadro o assédio moral e sexual no ambiente laboral e o descumprimento das leis trabalhistas em relação ao intervalo intrajornada, que acaba por prejudicar ainda mais as mulheres, considerando as responsabilidades familiares extras a elas tradicionalmente atribuídas, como o cuidado dos filhos, por exemplo²³.

De todo modo, facilidades propiciadas no processo por meio da inserção do sistema automatizado “carrossel” geraram no mercado um movimento claro em direção à contratação

²² Em 2019, a OIT conduziu um diagnóstico específico para avaliar o papel da mulher na cadeia produtiva gesseira. O estudo não foi publicado, mas os insumos foram utilizados para a elaboração do PDL.

²³ Achados da pesquisa de campo realizada em 2019 pela OIT.

massiva de mão de obra feminina na fabricação de pré-moldados, tornando-a predominante nesse contexto.

Além disso, de maneira geral, nesta etapa de produção, os trabalhadores estão sujeitos a uma carga excessiva de peso. Em média, duzentas placas de gesso carregadas ao longo de oito horas de trabalho realizado manualmente, o que contribui para o risco de desenvolvimento de problemas na coluna, como hérnias e lesões.

Finalizado o processo de produção das placas, blocos e painéis de gesso, os produtores informam ao agenciador sobre a carga disponível para transporte, em uma dada localidade. O agenciador, por sua vez, acerta o valor da carga com os caminhoneiros que efetivamente farão o carregamento e o transporte ao comprador final, dando início à etapa de **(4) comercialização e consumo final**.

Nesta etapa, os produtos advindos da cadeia são vendidos e transportados especialmente para empresas incorporadoras, varejos de materiais de construção civil, aplicadores de gesso, indústria da construção civil e de cerâmica. Entretanto, é importante destacar que a comercialização dos produtos não é exclusiva desta etapa final da cadeia, estando presente ao longo de toda a sua extensão, desde a etapa da mineração, conforme mencionado.

Nesse contexto de logística direta ou indireta relacionada à atividade gesseira, é importante destacar ainda **o problema latente da exploração sexual infantil na região, identificado pela OIT durante as pesquisas de campo em 2019**. O fato dessa etapa ser extremamente desregulamentada e de existir uma aglomeração de caminhoneiros em pontos informais de entrega do gesso, contribui para a recorrência desse tipo de violação no território, que atinge especialmente mulheres adolescentes.

Assim, o processo produtivo do gesso é permeado por uma série de questões relacionadas à saúde e à segurança no trabalho, à discriminação de gênero, além de indícios de trabalho escravo e presença de trabalho infantil. Isso em um contexto, como visto anteriormente, fragilizado do ponto de vista social, econômico e fiscal. Considerando isso, a próxima seção aprofunda a compreensão dos principais desafios para a promoção do trabalho decente na atividade gesseira e desenvolvimento econômico local na região do Araripe, mas também delineia oportunidades para que se avance nesse sentido.





Desafios e oportunidades para a promoção do trabalho decente e desenvolvimento econômico local

O Projeto coletou dados primários de diferentes formas, por meio de uma ida exploratória à campo (anterior à pandemia da Covid-19), entrevistas e oficinas virtuais com representantes dos trabalhadores, sociedade civil, poder público e empresas. Como resultado, foram identificados diferentes desafios e oportunidades para a promoção de melhores condições de trabalho na atividade gesseira e do desenvolvimento econômico local.

Os achados são divididos em quatro eixos temáticos, sobre: **(i) o processo produtivo da cadeia do gesso**, relacionado às atividades e processos de desenvolvimento e fatores de produção e gestão das empresas; **(ii) o fomento da economia local**, voltado ao melhor aproveitamento de recursos locais, a fim de ampliar o potencial econômico regional; **(iii) atuação do poder público na região**, no que diz respeito à criação de projetos e políticas públicas

voltadas à promoção do trabalho decente e desenvolvimento econômico local; e **(iv) articulação e sensibilização de atores locais**, com foco na sociedade civil e órgãos de apoio, para a implementação de iniciativas voltadas à inserção da temática na região.

As subseções seguintes têm como fonte os dados primários coletados. Informações sobre os participantes do estudo foram anonimizadas..

5.1. DESAFIOS E OPORTUNIDADES RELACIONADOS AO PROCESSO PRODUTIVO DO GESSO

Os **desafios no processo produtivo da cadeia do gesso** se relacionam, em primeiro lugar, à própria **(a) estrutura e funcionamento da cadeia**. A dinâmica das relações comerciais reflete a existência de uma assimetria de poder entre as empresas do polo, majoritariamente pequenas e médias empresas (PMEs) em relações, diretas e indiretas, com empresas líderes, grandes empresas com capacidade de ditar padrões produtivos.

Existe, entretanto, uma dificuldade para monitorar regularmente a atividade gesseira, muito em razão dos altos níveis de informalidade, tanto nas relações comerciais (vendas sem notas fiscais, emissão de notas fiscais frias), quanto nas relações de trabalho (sem vínculos trabalhistas ou com vínculos informais). Similarmente, a sonegação tributária também é corriqueira, o que impede a arrecadação de receitas que poderiam ser investidas em áreas como educação e saúde nos municípios do polo.

O fato de a gestão das empresas da região ser predominantemente familiar também dificulta a realização de estudos de prospecção de mercado econômico, bem como de levantamentos socioambientais dos fornecedores e, consequentemente, a implementação e investimento em boas práticas na região, inclusive relativas a melhores condições de trabalho.

Soma-se a isso o fato de não existirem espaços de colaboração empresarial, que são, em geral, vistos com desconfiança, considerando a concorrência local entre as empresas: “Por que [é] que eu vou me adequar às normas se o meu vizinho não está [adequado] e eu vou competir com ele?” [Entrevistado 7]. **Ou seja, o cumprimento da legislação trabalhista é visto como uma desvantagem concorrencial.**



Como consequência, predominam nesse cenário **(b) condições degradantes de trabalho que expõem os trabalhadores a riscos à sua saúde e segurança**, variáveis conforme o elo da cadeia em que atuam.

Na **etapa de mineração**, por exemplo, os trabalhadores são expostos constantemente a ruídos e poluentes, o que gera maior propensão ao desenvolvimento de problemas auditivos, cardíacos e respiratórios. Na **etapa de calcinação**, os trabalhadores são expostos constantemente a altas temperaturas e extrema poluição advinda do pó do gesso, que ocasiona irritação nos olhos, nas mucosas e até mesmo efeitos crônicos permanentes no aparelho respiratório: “As pessoas que têm problema respiratório somente conseguem viver na região com o uso constante de medicação” aponta pessoa que foi entrevistada pela OIT em 2019, durante pesquisa de campo.

Nessa etapa, acontecem muitos acidentes de trabalho que resultam em morte. É comum ver os trabalhadores todos brancos de pó, sem Equipamento de Proteção Individual (EPIs), com roupas inadequadas: “A imagem de trabalhadores cobertos de pó do gesso virou algo normal para a região” [Entrevistado 4]. De acordo com trabalhadores e agentes de saúde do polo entrevistados, os acidentes de trabalho são, muitas vezes, subnotificados: “As pessoas têm medo de declarar que são trabalhadores do gesso, já que são poucas as que têm carteira assinada”.

As consequências à saúde do processo produtivo do gesso extrapolam o ambiente de trabalho. O polo gesseiro do Araripe é conhecido pela poluição e por paisagens e árvores todas brancas: “As empresas de calcinação emitem muita poeira no processo de fabricação do gesso. A vegetação ao redor da cidade fica branca. Há um adoecimento muito grande dos trabalhadores da atividade, mas também da população” [Entrevistado 10]. Como consequência, transtornos, questões respiratórias e deficiências decorrentes do pó do gesso são alguns dos impactos à saúde a médio e longo prazo das populações locais.

A extração de material lenhoso da caatinga, utilizado predominantemente como matéria prima para a calcinação da gipsita bruta, também traz uma série de desafios para a promoção do trabalho decente, para além de seu impacto ambiental. Nesta etapa, **foram muitos os relatos de condições extremamente precárias de trabalho, inclusive com a presença de trabalho infantil.**

Muitas vezes o trabalho infantil se faz presente dentro das próprias casas das crianças e adolescentes, considerando a predominância de pequenas empresas familiares. Ainda, **a participação de adolescentes no carregamento de material** no polo gesseiro esteve presente em muitos relatos dos entrevistados. São os chamados ‘chapeiros’, responsáveis pelo carregamento de sacos extremamente pesados de gesso para escoamento da produção:

Aqui tem uma rotina de pegar o gesso nessas fábricas [entre Trindade e Ipubi] e levar até a cidade para fazer as placas. Esses carros rodam muito a partir de 2h da manhã, 3h, 4h, não tem horário certo não. Nesses caminhões, tem muito adolescente trabalhando²⁴.

Em sentido similar, também foi mencionada a presença de trabalho infantil nas atividades econômicas indiretas à produção gesseira, como atividades de transporte de mercadorias e comércio: “o que se vê é a presença nessas questões de serviço, muitos adolescentes e crianças trabalhando de forma irregular” [Entrevistado 18].

A ATIVIDADE GESSEIRA COMO UMA DAS PIORES FORMAS DE TRABALHO INFANTIL

A Convenção nº 182 da OIT, que trata sobre a proibição das Piores Formas de Trabalho Infantil, estabelece em seu Artigo 4º que cada país deve definir os tipos de trabalho considerados perigosos. Seguindo essa Convenção, o Brasil estabeleceu, pelo Decreto nº 6.481/2008, a Lista das Piores Formas de Trabalho Infantil (Lista TIP). A lista do Brasil possui 89 atividades que são consideradas perigosas e que, por essa razão, não podem ser executadas por crianças e adolescentes abaixo de 18 anos. A fabricação de gesso é classificada entre essas atividades, visto que, por sua natureza e pela circunstância em que é executada, é suscetível de prejudicar a saúde, a segurança e a moral da criança e do adolescente.

Entre os prováveis riscos ocupacionais na produção do gesso, listados pelo Decreto nº 6.481/2008, estão a realização de esforços físicos intensos e a exposição a poeiras e altas temperaturas. As prováveis repercussões à saúde da criança e/ou adolescente que trabalha na atividade são: doenças musculoesqueléticas (bursites, tendinites, dorsalgias, sinovites, tenossinovites), queimaduras; asma ocupacional, bronquite e intoxicação.

Na **etapa de fabricação de pré-moldados**, por sua vez, os trabalhadores são submetidos a uma carga excessiva de peso, o que contribui para o desenvolvimento de problemas na coluna, como hérnias e lesões. Em especial nesta etapa, os trabalhadores costumam ter o

24 Entrevista dada à OIT em 2019, durante pesquisa de campo.

salário calculado conforme a sua produção diária de placas ou blocos, em média de R\$ 0,19 a R\$ 0,25/produto, conforme dados apurados na pesquisa de campo realizada pela OIT em 2019.

Além disso, o fato de a produção nessa etapa depender de uma série de fatores externos, como o clima, pressiona o processo produtivo, trazendo novamente reflexos negativos para as condições de trabalho. Até por isso, muitos empresários arrendam a terra para o exercício de outras atividades econômicas durante alguns períodos do ano. **Nas fábricas mais isoladas, também se observa a presença de trabalho infantil.**

Na **etapa de distribuição**, por fim, destacam-se os relatos sobre **exploração sexual e infantil** na região. Os dados apurados pela Polícia Rodoviária Federal (PRF) e publicados no Projeto Mapear, indicam que crianças e adolescentes, com idades que variam de 9 a 17 anos – em regra do sexo feminino –, se expõem às margens de rodovias e em posto de gasolinas, em especial nos pontos de maior movimentação de transportadores de cargas:

Há uma quantidade de motoristas que vêm fazer o transporte do gesso para fora, e que ficam aguardando cargas em pátios de postos de combustível ou dentro das cidades próximas das fábricas, e aproveitam o tempo livre para explorarem mulheres (Entrevista realizada no âmbito da pesquisa de campo da OIT, em 2019).

Disso resultam outros problemas, como a proliferação de casos de doenças sexualmente transmissíveis (em especial HIV/AIDS), violência sexual e física, algumas delas resultando em feminicídio. O alcoolismo e uso de drogas também foram mencionados como problemas sintomáticos na região. Esse cenário torna-se ainda mais complexo à medida que existe uma dificuldade significativa na regulamentação dessa etapa, dada a pulverização da atividade.

Há, ainda, uma série de **(c) fatores culturais, geográficos e econômicos** que acentuam a existência desses desafios. O desconhecimento e a pouca compreensão de conceitos de gestão empresarial foram consideradas um dos elementos centrais que leva à exploração dos trabalhadores. Observa-se, portanto, que falta qualificação e capacitação dos empresários do polo, predominando uma visão muito mais de produção pura, do que de gestão do negócio, que consideraria investimentos em inovação e projeções futuras.

Nessa lógica, por exemplo, **colocar os filhos para trabalhar na roça é uma prática culturalmente aceita e, mais do que isso, considerada necessária para garantir a subsistência**

da família dependente do negócio na atividade gesseira. Foi reforçado também o fato de a legislação trabalhista ser insuficiente e incapaz de garantir a proteção dos trabalhadores na cadeia produtiva.

A título de exemplo, foi mencionada a questão da utilização dos EPIs. Apesar de exigido pela legislação trabalhista, seu uso seria incompatível com a **realidade climática do sertão**



do Nordeste. Isso porque, de acordo com entrevistados, a alta temperatura do clima semiárido esquentava os EPIs no corpo dos trabalhadores, fazendo com que passem mal e cheguem, inclusive, a desmaiar em alguns casos. Por essa razão, os EPIs estariam sendo abandonados pelos trabalhadores, apesar de muitas empresas os fornecerem.

Alternativamente, opções de proteção aos trabalhadores aderentes às condições climáticas da região poderiam ser adotadas, como a utilização de capacetes de couro, que, ao invés de esquentar como os de plástico, esfriariam: “seria muito

melhor se o gibão de couro do vaqueiro fosse permitido como EPI” [Entrevistado 5].

Em sentido similar, mencionou-se também a questão da incompatibilidade da jornada de trabalho e intervalos intrajornada tradicionais em relação à realidade dos trabalhadores do Nordeste. O sertanejo acorda às 4h da manhã e dirige-se ao trabalho. Por volta das 10h faz uma refeição reforçada que soma o café da manhã e o almoço juntos, trabalha até às 14h e volta para a casa. Tudo isso para trabalhar o menor tempo possível na parte da tarde, quando o sol escaldante do semiárido torna insustentáveis as atividades no trabalho.

Somam-se a esse cenário **fatores econômicos** que dificultam a promoção do trabalho decente na cadeia e desenvolvimento econômico local, destacando-se: (i) **a falta de uma matriz energética ecologicamente correta e economicamente acessível**, em substituição à extração da lenha, responsável por grande parte das violações na cadeia; (ii) **a tributação e o valor do frete altos, que encarecem demasiadamente o produto final**, de modo que o gesso proveniente do Araripe chega com pouquíssima competitividade em grandes mercados consumidores, como o município de São Paulo, localizado a aproximadamente 800 km de distância do polo; (iii) **a falta de adição de valor agregado aos produtos advindos da cadeia e defasagem tecnológica no processo produtivo**, de forma que, técnicas de revestimento, acabamento, resistência e estética tendem a não ser realizadas, resultando em

produtos com baixíssimo valor agregado e novamente pouco atraente ao mercado; (iv) a **fragilidade econômica das PMEs e falta de recursos financeiros e acesso ao crédito com juros e prazos acessíveis**, agravados com as crises no setor da construção civil e com o advento da pandemia do Covid-19; e (v) a **sazonalidade na produção**, com períodos de alta demanda de mão de obra intercalados por períodos de estoques cheios..

No que diz respeito às **oportunidades** para a promoção de melhores condições de trabalho no âmbito do processo produtivo, é relevante destacar que importantes mobilizações têm sido feitas no território no sentido de avançar na criação de um senso de responsabilidade compartilhada por impactos da atividade gesseira nos direitos da comunidade local e trabalhadores. Nesse sentido, agentes públicos e setor produtivo se mobilizaram para elaboração de uma Proposta de Pacto para o Desenvolvimento Sustentável no Polo Gesseiro de Pernambuco. O Pacto é um sistema de governança, resultado do projeto “Caatinga - Cadeia Produtiva do Gesso”, financiado e apoiado pelo Fundo Socioambiental Caixa da Caixa Econômica Federal e encerrado em 2017.

Outra iniciativa importante é a Associação Assogesso (Associação Nacional de Fabricantes e Comerciantes de Gesso e seus Derivados), que visa minimizar os impactos da atividade gesseira no meio ambiente, incluindo o meio ambiente do trabalho.

Além disso, a inserção de tecnologias no processo produtivo, como o “carrossel” na etapa da fabricação de pré-moldados, tem contribuído para o aprimoramento da atividade, bem como para melhor absorver a mão de obra local, em especial a feminina. Por fim, o fato de as jazidas de minério na região apresentarem excelentes condições de mineração e produzirem minérios de elevada qualidade, faz com que o polo esteja em posição de vantagem competitiva, inclusive em âmbito internacional, que pode ser aproveitada.

5.2. DESAFIOS E OPORTUNIDADES RELACIONADOS AO FOMENTO DA ECONOMIA LOCAL

Para implementar ações voltadas ao fomento da economia local, a região do polo do Araripe apresenta **desafios** como a **ausência de políticas públicas de incentivos aos empresários** da cadeia produtiva local para o exercício da atividade gesseira em geral. Foram mencionadas, inclusive, políticas no nível federal que, ao invés de contribuir para uma maior inserção do polo no mercado nacional, o prejudicaram. Como exemplo, tem-se uma política fiscal que diminuiu a taxa de importação do minério gipsita, tornando economicamente mais vantajosa a compra do minério do exterior do que do polo gesseiro do Araripe.

Além disso, **a economia local se apoia especialmente na atividade gesseira e há uma ausência de investimentos em atividades econômicas alternativas ao gesso na região.** A falta de diversidade de setores e mercados na região acaba por torná-la extremamente dependentes da atividade gesseira.

Como um agravante, **a atividade gesseira no Brasil é altamente dependente da dinâmica econômica do setor de construção civil**, que reflete diretamente na lógica de produção do gesso e na dinâmica econômica local do polo do Araripe. Como exemplo, a crise da construção civil pós-2014, que teve reflexos na economia e na produção local, “[...] A cadeia já é muito frágil, a crise da construção civil impacta profundamente a cadeia, considerando que corresponde a cerca de 80% de suas vendas” [Entrevistado 5].

A crise, que já se alastrava pelo setor de construção civil, se intensificou com o atual cenário da pandemia da Covid-19: “A pandemia acentuou a crise da construção civil [...] até a construção civil reaquecer, esse segmento vai continuar passando por muitas dificuldades” [Entrevistado 6].

No que diz respeito às **oportunidades** para o fomento da economia local, há uma expectativa em relação ao modal ferroviário na região por meio da chamada Ferrovia Transnordestina, que poderia facilitar o escoamento e a distribuição dos produtos finais para grandes centros comerciais.

Além disso, por conta da forte relação que a cadeia produtiva do gesso possui com o setor de construção civil, o programa federal de habitação popular, Casa Verde Amarela, apresenta uma oportunidade para fortalecer a economia local. O Programa deve expandir crédito para a classe média e criar linhas de crédito voltadas para a reforma de casas e apartamentos, o que pode aquecer o setor de construção civil e, conseqüentemente, a produção de gesso.

5.3. DESAFIOS E OPORTUNIDADES RELACIONADOS À ATUAÇÃO DO PODER PÚBLICO NA REGIÃO

Com relação aos **desafios**, em primeiro lugar, é importante pontuar que o panorama da dimensão social na região, que inclui a dinâmica populacional, habitacional, educacional, de saúde, assistência social e segurança pública, aponta para um **cenário de deficit de políticas públicas efetivas no território. Os impactos nos direitos dos trabalhadores gesseiros, em especial aqueles relativos à saúde, não são pauta prioritária para os governos locais.**

Além disso, a região é marcada pela poluição causada pela produção do gesso, que cobre o território com um pó branco que há muito faz parte do cotidiano dos moradores e da

paisagem local, conforme pontuado anteriormente. **Nesse contexto, as doenças predominantes no polo não são reconhecidas pelos empresários, e tampouco pelo poder público, como doenças ocupacionais decorrentes da atividade gesseira, conforme apontado por diversos estudos na região.**

Soma-se a esse cenário, as condições precárias da infraestrutura de saúde no âmbito local, que não possuía uma Unidade de Tratamento Intensivo até recentemente; situação agravada pela pandemia da Covid-19. A grande rotatividade de profissionais públicos de saúde, conforme indicado pelos entrevistados, **dificulta a incorporação e inserção da temática de doenças ocupacionais decorrentes da atividade gesseira na agenda política, e dificulta o desenho de políticas públicas específicas para solucionar o problema.**

Ademais, **os municípios não possuem uma visão política estruturada do polo gesseiro** como um todo e não apresentam corpo técnico qualificado para a implementação de políticas públicas específicas. É o caso do Programa de Erradicação ao Trabalho Infantil do governo estadual, que não é efetivamente implementado na região:

.....

Muitas questões são feitas na base do achismo. Em uma das visitas que fiz na região, a pessoa da equipe só ia uma vez por semana e não existia nem uma lista de quais crianças são acompanhadas. Falta qualificação técnica dos profissionais, o que perpassa também os baixos salários desses profissionais. Nesse caso, eu tive que articular tudo porque o município estava perdido sobre o que tinha que fazer. [Entrevistada 18].

.....

Na relação entre o governo estadual e poder público local, há uma ausência de diálogo constante e estruturado. Isso se reflete na falta de representatividade dos municípios na Câmara Setorial do Gesso, iniciativa do governo estadual de Pernambuco²⁵. Além disso, a Câmara, que se apresenta como um espaço de diálogo e congregação de demandas do setor, não possui representação da sociedade civil organizada e de órgãos representantes de trabalhadores, o que dificulta o avanço de propostas colaborativas para a região.

25 A Câmara Setorial do Gesso foi criada em 2019 pela Agência de Desenvolvimento Econômico de Pernambuco (AD Diper) e reúne diferentes atores envolvidos na cadeia produtiva do gesso. Desde 2020, em um mandato com duração 2 anos, a Câmara é presidida por Ceissa Campos Costa, presidente do Sindicato da Indústria do Gesso de Pernambuco (Sindusgesso), sindicato patronal.

Com relação à atuação dos órgãos de fiscalização do trabalho, há uma cultura hostil em relação a eles por parte da população local, o que dificulta o desempenho de seu trabalho na região. Além disso, a ausência de uma base local para a atuação desses órgãos na região e a distância física da base mais próxima do polo gesseiro, que fica a 300 km, também dificulta o desempenho das atividades: “natureza da região que traz naturalmente um grau de dificuldade de logística, dificuldade com estradas precárias e há uma certa hostilidade, que é natural do sertão” [Entrevistado 3].

As fiscalizações do trabalho muitas vezes culminam em trâmites judiciais para a responsabilização das empresas em que irregularidades trabalhistas tenham sido identificadas, com o ajuizamento de Ações Cíveis Públicas, ou extrajudiciais, com a celebração de Termos de Ajustamento de Conduta. Isso, porém, não tem se mostrado suficiente para a proteção dos direitos dos trabalhadores em tempo hábil, haja vista o baixo cumprimento das sentenças e dos acordos celebrados por parte das empresas locais²⁶.

Ainda, a nível federal, os órgãos de fiscalização do trabalho sofrem com a redução de recursos financeiros e humanos para a realização de suas atividades:

.....

[...] É o sucateamento, a falta de técnicos, falta de profissionais para fazer as fiscalizações, falta de recurso que também não é direcionado para as fiscalizações e um certo “pano quente” em cima do trabalho infantil e o trabalho análogo à escravidão. [Entrevistado 18]

.....

Por outro lado, existem **oportunidades** para fortalecer a atuação do poder público local, como a criação da Câmara Setorial do Gesso do Estado de Pernambuco, um espaço para interlocução e debate entre os atores locais sobre demandas do setor gesseiro organizada pela Agência de Desenvolvimento Econômico de Pernambuco (AD Diper) e que conta com a participação do MPT.

Os órgãos de fiscalização do trabalho exercem um papel fundamental na região. Por meio de fiscalizações periódicas para verificação das condições de trabalho, buscam fortalecer a presença e atuação do poder público local. Além disso, eles possuem uma função pedagó-

²⁶ O baixo cumprimento das sentenças e dos acordos celebrados foi mapeado por meio da análise documental e temática realizada de 101 Ações Cíveis Públicas, todas em tramitação do Tribunal Regional do Trabalho da 6ª Região (TRT6).



gica em sua interação com o setor empresarial, ao identificar situações de irregularidades e condições precárias de trabalho, ao cobrar dos empregadores as mudanças necessárias e ao punir quando estes não cumprem as obrigações estipuladas em acordos ou pelo Judiciário.

No diálogo com o setor público, os órgãos de fiscalização do trabalho auxiliam no contexto de formação de políticas públicas. Os resultados das fiscalizações têm o potencial de orientar gestores para o desenvolvimento de alternativas aos problemas encontrados. Por fim, na relação com a sociedade civil, os órgãos de fiscalização conscientizam a população local sobre seus direitos trabalhistas.

O Poder Judiciário trabalhista também desempenha um papel importante na região, com atuação mediante provocação dos órgãos de fiscalização do trabalho. Caso as empresas em que foram encontradas irregularidades trabalhistas não cumpram com a decisão judicial, a pena pode ser a paralisação total das atividades dos estabelecimentos.

No mais, a Promotoria de Justiça do município de Trindade tem um papel de destaque no enfrentamento ao trabalho infantil na região do Araripe. A Promotoria promove uma Rede de Proteção da Criança e Adolescente, que já conta com mais de 10 entidades participantes, dentre elas: as Secretarias de Educação, Saúde e Assistência Social, a Polícia Militar, o Ministério Público, o Conselho Tutelar e o Conselho Municipal dos Direitos das Crianças e Adolescentes.

5.4. DESAFIOS E OPORTUNIDADES RELACIONADOS A ARTICULAÇÃO E SENSIBILIZAÇÃO DE ATORES LOCAIS

Com relação aos **desafios** relativos à articulação e sensibilização de atores locais, o contexto regional vivencia uma **ausência de organização sindical estruturada** que seja capaz de congrega e endereçar as demandas dos trabalhadores na região, tanto para o endereçamento de políticas públicas quanto para o desenvolvimento de melhores práticas empresariais.

Algumas entrevistas relataram **uma baixa participação do empresariado local em iniciativas de órgãos de apoio**, como o Serviço Brasileiro de Apoio às Micro e Pequenas Empresas (SEBRAE), em temas como a gestão empresarial, inclusão produtiva e outros. Essa baixa adesão pode dificultar a implementação e aderência de ações que buscam a promoção do trabalho decente e o desenvolvimento econômico local.

Por outro lado, a região apresenta diversas **oportunidades** para a sensibilização e articulação de atores locais em relação a melhores condições de trabalho e fomento regional. Há espaços para mobilização das áreas de financiamento e prospecção de recursos financeiros para a execução de projetos e ações com a temática socioambiental, como o projeto “Caatinga - Cadeia Produtiva do Gesso”, mencionado anteriormente, que buscou beneficiar famílias assentadas na região para o uso mais eficiente da madeira e redução do desmatamento relacionado à produção do gesso²⁷.

Além disso, o SEBRAE possui espaço físico na região que pode ser utilizado para o desenvolvimento de atividades e iniciativas colaborativas sobre a promoção do trabalho decente e o desenvolvimento econômico local, podendo, assim, desempenhar um papel de espaço de integração e diálogo. Ainda, o Sistema S possui conhecimento técnico para realizar projetos sobre profissionalização da gestão e gerenciamento de atividades empresariais, promovendo a capacitação dos empresários locais.

Por fim, o contexto regional da cadeia produtiva do gesso no Araripe apresenta um **cenário oportuno para a criação de iniciativas voltadas ao associativismo e ao cooperativismo local, com o objetivo de melhorar a qualificação da gestão empresarial e a expansão do mercado de produção local**.

Nesse sentido, conclui-se que existem uma série de desafios para a promoção do trabalho decente no polo gesseiro do Araripe, de naturezas distintas e dimensões variadas. Em

27 Para ver mais, acessar: <http://www.caixa.gov.br/Downloads/fundo_socioambiental_fsa/Projetos_Apoiados_JAN_2020.pdf>

linhas gerais, ações estratégicas voltadas à promoção de melhores condições de trabalho devem considerar uma crise pré-existente na atividade gesseira, agravada pela pandemia da Covid-19. Além disso, devem considerar os fatores culturais, geográficos e políticos da região; as vulnerabilidades decorrentes da estrutura e funcionamento da cadeia produtiva; a reduzida atuação do poder público na localidade; a falta de qualificação e capacitação dos empresários e trabalhadores do polo gesseiro, bem como as dificuldades para articulação e mobilização dos atores locais, a fim de propor soluções viáveis e aderentes à realidade local.

Nesse processo, é preciso considerar as oportunidades existentes para a promoção de melhores condições de trabalho na região, assim como os incentivos e capacidades dos diferentes atores locais para avançar em sua direção, delineados na seção seguinte.





Incentivos e capacidades para a promoção do trabalho decente e desenvolvimento econômico local

Como mencionado, há diferentes desafios que precisam ser superados e oportunidades que podem ser aproveitadas para que a atividade gesseira tenha melhores condições de trabalho e a região do Araripe possa se desenvolver de forma sustentável. Entretanto, é preciso identificar como cada ator, considerando sua atuação e limitações concretas, pode avançar nesse sentido. Isto é explorado nesta seção, com a ressalva de que não há a pretensão de exaurir o tema, dada a multiplicidade de atores direta e indiretamente relacionados com a cadeia produtiva do gesso e as limitações espaciais deste documento.

Uma intervenção em uma cadeia produtiva, no caso, voltada à promoção do trabalho decente e do desenvolvimento econômico local, pressupõe uma mudança de comportamento dos atores envolvidos, que depende daquilo que os motiva a ir nesse sentido e também

daquilo que dispõem para de fato implementar a mudança (SPRINGFIELD CENTRE FOR BUSINESS IN DEVELOPMENT, 2018).

Com efeito, cada um desses atores desempenha papéis distintos em relação à promoção do trabalho decente e dispõe de incentivos diversos para tanto, bem como de diferentes níveis de capacidade para implementação de ações relacionadas. Nesse contexto, é importante mencionar que intervenções na cadeia produtiva devem considerar que, por vezes, determinado ator, apesar de dispor de incentivos para atuar, nem sempre possuirá capacidade para tanto e vice-versa. Isso significa dizer que uma intervenção efetiva, de larga escala e sustentável, deve considerar que os atores possuem não somente diferentes incentivos, mas também diferentes capacidades para alterações de comportamento voltadas a melhores condições de trabalho e o desenvolvimento econômico local.

Além disso, determinados atores já dispõem previamente de incentivos para atuar, como é o caso do poder público, em todas as suas esferas e níveis, cujo dever primário é a proteção dos direitos humanos. Similarmente, órgãos de apoio e instituições de ensino e pesquisa, por sua função de promoção do conhecimento, também já possuem incentivos prévios nesse sentido. No caso desses atores, busca-se compreender, portanto, a existência ou não de capacidade para a implementação e execução dos incentivos já presentes.

Cabe esclarecer que os “incentivos” são apreendidos da relação entre um ator e a mudança de comportamento desejada, no caso, a promoção de melhores condições de trabalho para a cadeia produtiva do gesso e o desenvolvimento econômico local. É dizer, “incentivos” correspondem à avaliação dos benefícios da mudança de comportamento para determinado ator (SPRINGFIELD CENTRE FOR BUSINESS IN DEVELOPMENT, 2018).

Ainda assim, essa explicação e caracterização sobre “incentivos” não é suficiente. Ao analisar os incentivos que um ator pode ter, é necessário considerar tanto seus potenciais benefícios com a mudança de comportamento, como também fatores adicionais e externos que podem eventualmente afetar a mudança almejada. São fatores como o tempo necessá-



rio para realizar uma mudança ou para obter benefícios, suas percepções com relação aos benefícios e à mudança de comportamento, ou, ainda, características e natureza do ator e de seu papel. Assim, os incentivos devem ser considerados como incentivos *líquidos*, ou seja, os benefícios menos os custos para realizar a mudança de comportamento (SPRINGFIELD CENTRE FOR BUSINESS IN DEVELOPMENT, 2018).

Os incentivos podem ser: **(i) financeiros**, que têm relação com os benefícios monetários que a mudança pode trazer para o ator; **(ii) sociais**, que seriam os benefícios relacionados a prestígio, reputação e *status* que o ator pode ganhar com a mudança; **(iii) políticos**, que são os benefícios com relação a articulação política que um ator pode ganhar ou potencializar; **(iv) legais e contratuais**, referentes às obrigações legais ou jurídicas que o ator possui com relação à mudança de comportamento, nesse caso com a promoção de melhores condições de trabalho e desenvolvimento econômico local; e **(v) de aprimoramento do conhecimento**, que têm ligação com os benefícios advindos de capacitações, aquisição de conhecimento técnico, qualificação e conscientização dos atores locais (SPRINGFIELD CENTRE FOR BUSINESS IN DEVELOPMENT, 2018).

Na prática, a título exemplificativo, as categorias de incentivos representam:

- **Incentivos financeiros:** ampliação do acesso a ofertas de crédito ou ao refinanciamento de dívidas e a redução de riscos jurídicos pela associação da empresa, ou outro ator, a violações de direitos trabalhistas e direitos humanos;
- **Incentivos sociais:** preservação da imagem e da reputação de empresas;
- **Incentivos políticos:** aderência da pauta à agenda pública e privada dos atores, bem como à articulação, estruturação e planejamento de ações voltadas à temática na região;
- **Incentivos legais e contratuais:** atuação voltada ao cumprimento de um dever constitucional ou, no caso do Estado brasileiro, do dever primário de proteger os direitos humanos contra violações e abusos, além do cumprimento de seus compromissos internacionais de proteção aos direitos humanos;
- **Incentivos de aprimoramento do conhecimento:** qualificação e capacitação da mão de obra local, a fim de avançar no melhor desenvolvimento do processo produtivo.

Por sua vez, “capacidades” correspondem à avaliação da relação entre os recursos que um ator já possui ou a que tem acesso, e os recursos necessários para realizar aquela mudança específica de comportamento. É importante ressaltar que não se limita a aspectos financeiros, mas também inclui outras dimensões e tem uma característica multifacetada, de forma que, para sua análise, é necessário considerar o conjunto de recursos de que o ator

pode precisar (SPRINGFIELD CENTRE FOR BUSINESS IN DEVELOPMENT, 2018). **Enquanto os incentivos abordam as motivações, as capacidades refletem o potencial de implementação concreta da mudança de comportamento almejada.**

As capacidades podem ser também **(i) financeiras, (ii) sociais, (iii) políticas** e de **(iv) de informação** (equivalente a aprimoramento de conhecimento), seguindo a mesma lógica de classificação dos incentivos. Adiciona-se a capacidade de **(v) recursos humanos**, que se refere ao capital humano disponível para que o ator implemente determinada mudança de comportamento; e a **(vi) capacidade operacional**, relacionada ao capital fixo, ou seja, questões físicas de estabelecimento e propriedade que um ator pode apresentar. Além disso, os POs abordam a **(vii) capacidade de influência**, que pode ser compreendida como a habilidade que um ator possui para contribuir com a melhoria de uma situação ao exercer sua influência sobre outros atores por meio de suas relações (WOOD, 2012; UNITED NATIONS, 2011).

O QUE É A CAPACIDADE DE INFLUÊNCIA?

O conceito de capacidade de influência foi ressignificado pelos POs, em 2011. Considera-se que um ator tem capacidade de influência quando ele pode alterar práticas de seus parceiros, diretos e indiretos, que estejam relacionadas a riscos, impactos, violações e abusos de direitos.

A capacidade de influência, nas ações estratégicas do PDL, corresponde à habilidade que um ator possui de promover mudanças positivas nas práticas de outros atores da cadeia produtiva que estejam causando ou contribuindo para violações e abusos de direitos humanos, a fim de promover o trabalho decente e o desenvolvimento econômico local.

Caso o ator tenha capacidade de influência para prevenir ou mitigar o impacto adverso, ele deve exercê-la. Caso não tenha, pode haver formas de esse ator contribuir nesse sentido (BRASIL, 2019).

Na prática, considerou-se:

- Capacidade financeira: estabilidade de capital; possibilidade de destinar recursos à pauta de promoção do trabalho decente e desenvolvimento econômico local por meio da previsão no orçamento anual, de emendas parlamentares ou de indenizações por danos morais coletivos;

- Capacidade social: potencial de mobilização dos atores, prestígio e conexões, relação com a comunidade local;
- Capacidade política: espaço para articulação, negociação e desenvolvimento de políticas públicas relacionadas ao tema e direcionadas ao polo gesseiro do Araripe;
- Capacidade de informação/aprimoramento de conhecimento: disponibilidade para a criação de espaços de troca e de conhecimento sobre o tema da promoção do trabalho decente;
- Capacidade de recursos humanos: estrutura de gestão e capital humano disponível e qualificado para o desenvolvimento das atividades relativas ao tema;
- Capacidade operacional: estrutura e capital fixo para a promoção da agenda na região;
- Capacidade de influência: habilidade, poder e conexões para promover mudanças de comportamento a nível regional, estadual e/ou nacional voltadas a melhores condições de trabalho na atividade gesseira e desenvolvimento da região do Araripe.



Os atores considerados na análise foram classificados em três grupos: (i) aqueles diretamente envolvidos no processo produtivo, de agregação de valor aos produtos oriundos da gipsita (grandes empresas, PMEs, sindicato patronal e sindicato dos trabalhadores); (ii) aqueles envolvidos nas chamadas funções de apoio (ONGs, instituições de ensino e pesquisa, instituições financeiras de fomento, outras instituições financeiras e órgãos de apoio); e (iii) aqueles envolvidos nas “regras do jogo”, isto é, atores responsáveis pelas leis, políticas públicas, regulamentações e normas sociais (Poderes Executivos federal, estadual e municipal, Poder Legislativo e Judiciário, SIT, MPT e organismos internacionais).

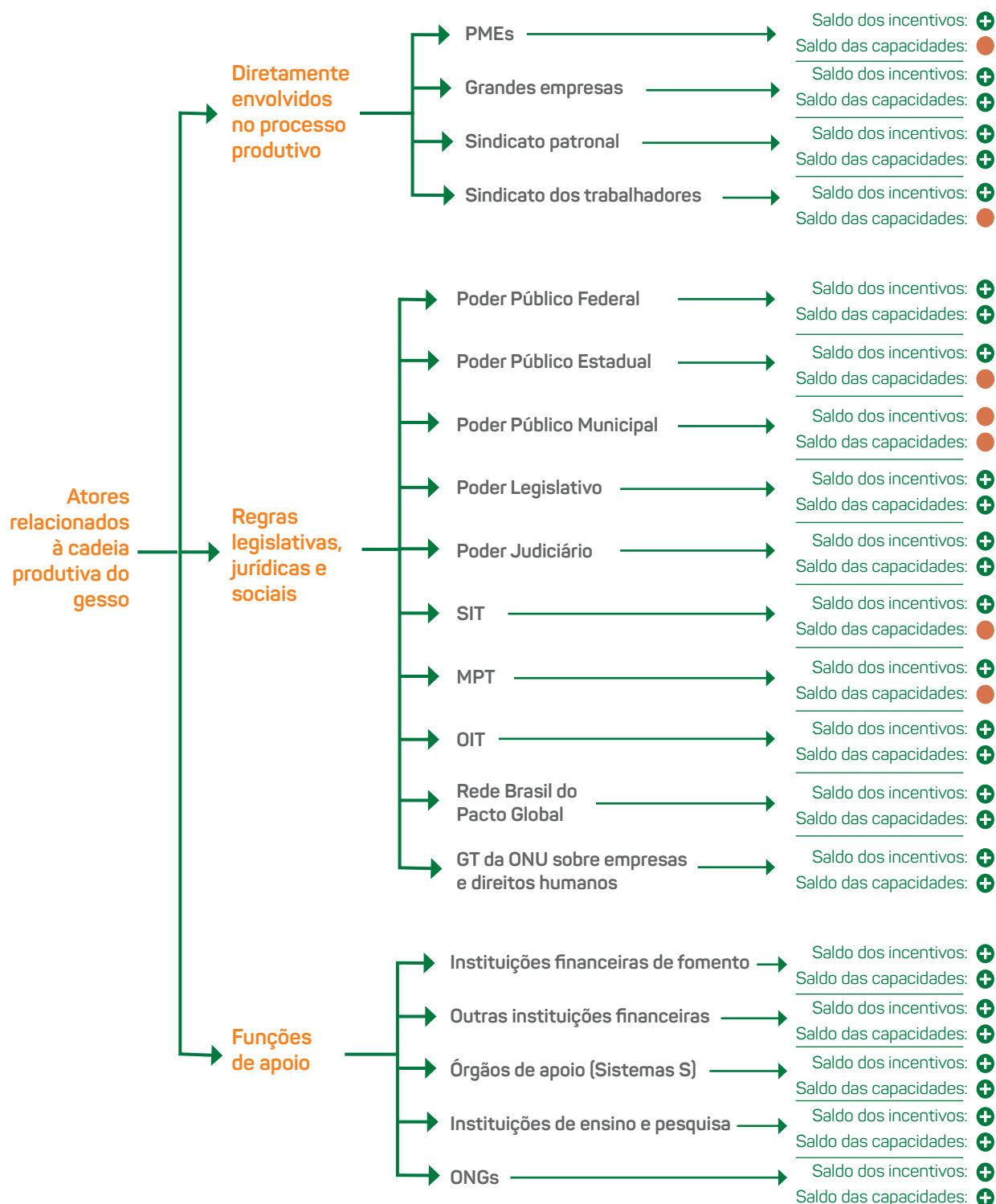
Para cada uma das categorias dos incentivos e capacidades foram atribuídos os sinais positivos ou negativos, referindo-se à presença satisfatória ou não de cada uma delas. Ao final, para cada ator foi gerado um saldo dos incentivos e capacidades para a implementação de mudanças voltadas à melhoria das condições de trabalho e desenvolvimento econômico local do polo do Araripe.

Os resultados da análise apontam que todos os atores apresentaram um saldo positivo nos incentivos para promover mudanças de comportamento na região, com exceção do Poder Executivo municipal. Este possui apenas incentivos legais (tem o dever primário de proteger os direitos humanos de violações e abusos) e de aprimoramento de conhecimento (associado aos ganhos econômicos e de inovação decorrentes da melhoria das condições de trabalho), mas não dispõe de incentivos sociais (há uma cultura de aceitação tácita de condições degradantes de trabalho e trabalho infantil na região), políticos (a agenda de promoção do trabalho decente não é uma pauta prioritária para a política local) e financeiros (houve redução do repasse de recursos federais e estaduais e os municípios possuem uma forte dependência desses repasses).

Em contrapartida, o saldo positivo nos incentivos de alguns atores não se refletiu necessariamente em um saldo positivo nas capacidades. As PMEs, os sindicatos dos trabalhadores, Poder Executivo estadual e órgãos de fiscalização do trabalho, a despeito de possuírem incentivos para atuar, não dispõem de capacidades positivas para tanto. Similarmente, o Poder Executivo municipal também não apresentou saldo positivo de capacidades, sendo o único ator que não dispõe nem de incentivos e nem de capacidades para atuar, conforme se observa na Figura 5.



Figura 5: Síntese dos saldos de incentivos e capacidades dos atores envolvidos direta e indiretamente na cadeia produtiva do gesso





Os incentivos e capacidades elucidados nesta seção precisam ser considerados para o desenvolvimento de ações voltadas à promoção de melhores condições de trabalho na atividade gesseira e desenvolvimento econômico local. Isso porque pode ser que um ator tenha interesse em promover uma mudança positiva, mas não consiga fazê-lo de fato, como é o caso das PMEs e do sindicato dos trabalhadores da atividade gesseira. Ou o contrário: não tenha interesse, mas tenha os meios para executar a mudança, situação que não se verificou dentre os atores selecionados. Ainda, pode ser que um ator não tenha motivações ou meios para promover melhores condições de trabalho, como é o caso do Poder Executivo municipal.

A seção seguinte parte dessas considerações e avança na elaboração das ações estratégicas no âmbito do PDL.





Plano de Desenvolvimento Local com alternativas de financiamento

Considerando o contexto socioeconômico, fiscal e político-administrativo do polo do Araripe, a lógica do processo produtivo do gesso, os desafios que precisam ser superados e as oportunidades para a promoção do trabalho decente e o desenvolvimento econômico local, assim como os incentivos e capacidades dos diferentes atores para avançar nesses termos, esta seção apresenta a estruturação das ações estratégicas do PDL.

Tal estruturação é organizada em uma matriz lógica, dividida em 4 eixos estratégicos, cada qual com objetivos específicos, ações e resultados respectivos. Os eixos são: (i) aprimoramento do processo produtivo do gesso; (ii) fomento da economia local; (iii) fortalecimento do Poder Público no Araripe; e (iv) sensibilização, conscientização, mobilização e articulação de atores envolvidos na atividade gesseira.

Eixo estratégico 1: Aprimoramento do processo produtivo do gesso

OBJETIVOS ESPECÍFICOS	Promover a inovação tecnológica no processo produtivo
	Qualificar a mão de obra da atividade gesseira
	Qualificar e aprimorar a gestão empresarial da atividade gesseira
	Promover a formalização da mão de obra e dos empresários da atividade gesseira para aperfeiçoamento da gestão empresarial e do processo produtivo gesseiro
	Desenvolver a qualidade e diversidade dos produtos da atividade gesseira
AÇÕES ESTRATÉGICAS E ATORES RESPONSÁVEIS POR SUA IMPLEMENTAÇÃO	Poder Executivo Municipal: Criar rotina de atualização, através de gestão informatizada, do cadastro de empresas que atuam no território municipal, buscando mapear continuamente a formalização de empresários na atividade gesseiro
	Poder Executivo Estadual: Promover – em parceria entre gestão municipal, instituições de ensino e pesquisa e demais entidades privadas – estudos setoriais de tendência de mercado dos produtos gesseiros
	Poder Executivo Estadual: Promover, via Câmara Setorial do Gesso, a capacitação e a qualificação profissional dos trabalhadores e empresários da atividade gesseira, inclusive sobre saúde e segurança do trabalho
	Centros Tecnológicos: Capacitar PMEs locais para a produção de tijolos a partir do gesso e de resíduos de cerâmica e porcelana, diminuindo resíduos e aumentando a diversidade dos produtos finais da atividade gesseira
	Grandes empresas: Desenvolver e implementar mecanismos de monitoramento da cadeia produtiva do gesso voltados à proteção dos direitos e garantias fundamentais do trabalho em suas relações comerciais
	Grandes empresas: Aderir a programas de certificação relacionados à atividade gesseira, com especial destaque ao (i) Programa Setorial da Qualidade de Gesso e <i>DryWall</i> e (ii) Programa ABCP Certificadora, se adequando, respectivamente, aos parâmetros de qualidade dos componentes e acessórios utilizados na montagem dos sistemas drywall, bem como à certificação específica para blocos e pisos de concretos
RESULTADOS ESPERADOS	Sindicato patronal: Desenvolver, elaborar e aplicar projeto piloto com uma ou um conjunto de PMEs para adaptação aos requisitos exigidos pelos grandes compradores de produtos gesseiros e consequente expansão de mercado, considerando a formalização empresarial, o combate ao trabalho infantil e em condições análogas à de escravo, a promoção da saúde do trabalhador e da segurança no trabalho
	Qualificação da atividade gesseira
	Avanços no respeito aos direitos humanos na cadeia produtiva do gesso
	Adoção de parâmetros exigidos nos programas de certificação, atuando em conformidade com as legislações e programas de qualidade
	Melhora na gestão dos resíduos sólidos derivados da produção gesseira
	Diversificação dos produtos finais da atividade gesseira
	Adequação das PMEs locais às perspectivas de mercado
	Adequação aos requisitos propostos pelos grandes compradores e expansão de mercado
	Aumento da arrecadação tributária e dos recursos financeiros municipais

Eixo estratégico 2: Fomento da economia local

OBJETIVOS ESPECÍFICOS	Desenvolver alternativas sustentáveis de subsistência para a população local
	Qualificar a mão de obra local
	Promover a inclusão produtiva de mulheres
	Qualificar e aprimorar a gestão empresarial
AÇÕES ESTRATÉGICAS E ATORES RESPONSÁVEIS POR SUA IMPLEMENTAÇÃO	Poder Executivo Municipal: Capacitar e fortalecer cooperativas de agricultura familiar e criadores de animais, especialmente caprinos, na região do Araripe como alternativa econômica
	Poder Executivo Municipal: Fomentar e capacitar cooperativas de produtores de placas de gesso
	Poder Executivo Municipal: Implementar a Sala do Empreendedor do SEBRAE no nível municipal
	Poder Executivo Municipal: Disseminar, em parceria com SEBRAE e outros atores interessados, a nível nacional, por meio de eventos ou outros, os produtos regionais do Araripe
	Poder Executivo Municipal: Adequar os municípios aos requisitos da Lei nº 11.598/2007 ²⁸ , que estabelece a Rede Nacional para a Simplificação do Registro e da Legalização de Empresas e Negócios, através de treinamentos para a gestão pública municipal
	Poder Executivo Municipal: Elaborar programa de incentivos fiscais para aumentar a arrecadação tributária municipal e incentivar a implementação de novas instalações industriais
	Poder Executivo Municipal: Qualificar a gestão pública municipal para elaboração de projetos de captação de recursos e modernização administrativa
	Poder Executivo Municipal: Implementar os Agentes de Desenvolvimento conforme especificações previstas no Estatuto Nacional da Microempresa e da Empresa de Pequeno Porte - Lei Complementar nº 123/2006 ²⁹
	Poder Executivo Estadual: Avaliar a efetividade da sistemática tributária introduzida pelo Decreto Estadual nº 44.650/2017 ³⁰ em relação ao Imposto sobre Circulação de Mercadorias e Serviços (ICMS) para combate da informalidade empresarial na atividade gesseira na região do Araripe
	Sistema S (SEBRAE): Estimular o empreendedorismo feminino e a qualificação profissional de mulheres na região do Araripe, tendo co-mo base ou exemplo a experiência do Carrossel, um sistema de rotação mecanizado de placas de gesso
	Sistema S (SEBRAE): Articular a criação de linhas de crédito para PMEs da atividade gesseira junto à bancos públicos e fornecer orientações aos empreendedores sobre o acesso à essas linhas
	PMEs: Promover a educação de empreendedores sobre a gestão de seus negócios, com atenção aos direitos e garantias fundamentais do trabalho

28 Link para acesso a Lei nº 11.598/2007: <http://www.planalto.gov.br/ccivil_03/_ato2007-2010/2007/lei/11598.htm>

29 Link para acesso a Lei Complementar nº 123/2006: <http://www.planalto.gov.br/ccivil_03/leis/lcp/lcp123.htm>

30 Link para acesso ao Decreto Estadual: <https://www.sefaz.pe.gov.br/Legislacao/Tributaria/Documents/Legislacao/44650/Texto/Dec44650_2017.htm#:~:text=Fica%20diferido%20o%20recolhimento%20do,salvo%20disposi%C3%A7%C3%A3o%20expressa%20em%20contr%C3%A1rio.>

RESULTADOS ESPERADOS	Redução da informalidade
	Geração de renda para a população
	Inserção produtiva de mulheres no mercado de trabalho
	Maior disponibilidade de recursos para PMEs da atividade gesseira
	Melhora na gestão das PMEs da região, garantindo maior sustentabilidade do negócio
	Melhora no ambiente de negócios e desburocratização e implementação da Sala do Empreendedor em todos os municípios da região
	Expansão da demanda por produtos finais da cadeia produtiva do gesso
	Combate à sonegação fiscal na atividade gesseira
	Aumento da arrecadação tributária
	Melhora na capacidade técnica da gestão pública municipal
	Facilitação e implementação dos mecanismos previstos no Estatuto Nacional da Microempresa e da Empresa de Pequeno Porte
	Facilitação e implementação dos mecanismos previstos no Estatuto Nacional da Microempresa e da Empresa de Pequeno Porte

Eixo estratégico 3: Fortalecimento do Poder Público no Araripe

OBJETIVOS ESPECÍFICOS	Promover a qualificação da gestão municipal sobre o trabalho em condições análogas à de escravo e o infantil na atividade gesseira
	Promover atuação preventiva em relação a abusos dos direitos dos trabalhadores, de crianças e adolescentes e do meio ambiente
	Incentivar fiscalização do trabalho e ambiental na região do Araripe

AÇÕES ESTRATÉGICAS E ATORES RESPONSÁVEIS POR SUA IMPLEMENTAÇÃO	Poder Executivo Municipal: Promover a participação da gestão municipal em programas de qualificação e capacitação de servidores públicos voltados à modernização administrativa e tributária
	Poder Executivo Municipal: Criar e aplicar treinamento para gestores locais sobre a assistência social como promotora de inclusão produtiva
	Poder Executivo Municipal: Estabelecer um consórcio público multi-finalitário entre os municípios do polo gesso do Araripe, com foco na promoção do trabalho decente na atividade gesseira e no desenvolvimento econômico sustentável
	Poder Executivo Municipal: Criar e atualizar os planos setoriais municipais, definidos por Lei específica ³¹ , de acordo com as demandas sociais e econômicas locais que incluam diretrizes, premissas e estratégias de desenvolvimento sustentável das atividades gesseras e da promoção de condições de trabalho decente
	Poder Executivo Municipal: Criar programa específico para desenvolvimento econômico e social da atividade gesseira
	Poder Executivo Municipal: Fomentar as compras públicas nos municípios do Araripe
	Poder Executivo Municipal: Garantir vagas em creches, para estimular a inserção de mulheres (mães) no mercado de trabalho
	Poder Executivo Estadual: Capacitar professores da rede pública sobre o trabalho infantil, especialmente exploração sexual, para que possam dialogar com crianças e adolescentes sobre a temática e, se necessário, orientá-los a buscar a Rede de Proteção
	Poder Executivo Estadual: Incluir como pauta prioritária da Câmara Setorial do Gesso o combate ao trabalho em condições análogas à de escravo e infantil na cadeia produtiva do gesso
	Poder Executivo Estadual: Incluir na Câmara Setorial do Gesso o sindicato dos trabalhadores e sociedade civil (ONGs e associações)
	Governo Federal - Ministério do Meio Ambiente: Desenvolver plano de manejo para Área de Proteção Ambiental (APA) da Chapada do Araripe, a fim de ter gestão e uso sustentável dos recursos naturais
	Governo Federal - Ministério da Justiça e da Segurança Social: Fortalecer a fiscalização do transporte irregular junto à Polícia Rodoviária Federal na região do Araripe
	Governo Federal - Ministério da Mulher, da Família e dos Direitos Humanos: Incentivar a implementação efetiva do Pacto Federativo Pela Erradicação do Trabalho Escravo por meio da criação da Comissão Estadual para Erradicação do Trabalho Escravo (COETRAE) no Estado de Pernambuco, cuja atuação deverá ser somada àquela do Núcleo de Enfrentamento ao Tráfico de Pessoas local
	Governo Federal - Ministério da Economia: Ampliar e fortalecer a fiscalização do trabalho na atividade gesseira no polo do Araripe, assegurando recursos financeiros, sobretudo para despesas operacionais, e humanos

Governo Federal - Ministério da Cidadania: Fortalecer o Programa de Erradicação do Trabalho Infantil (PETI), com atenção à região do Araripe

MPT/SRTE: Institucionalizar e disseminar ao público canal de escuta e denúncia anônimo sobre abusos de direitos na atividade gesseira, com gestão centralizada no município de Araripina

³¹ Para cada tipo de plano setorial há uma lei específica, por exemplo, o Estatuto da Cidade (Lei nº 10.257/2001) e específico para o Plano Diretor Urbano, ou o caso do Plano Nacional de Educação (Lei nº 13.005/2014) que dá as diretrizes e metas para os planos de educação subnacionais.

RESULTADOS ESPERADOS	Maior controle acerca das denúncias sobre abusos de direitos na atividade gesseira
	Professores locais capacitados para atuar no combate ao trabalho infantil, em especial exploração sexual
	Maior controle da extração ilegal da madeira e estímulo da gestão e uso sustentável dos recursos naturais
	Regularização da tributação ao conferir a carga transportada
	Desenvolvimento, implementação e monitoramento de políticas públicas estaduais para o combate ao trabalho em condições análogas à de escravo
	Qualificação das políticas públicas municipais; melhoria das relações institucionais; aumento da capacidade de obtenção de recursos e financiamento
	Qualificação das políticas públicas municipais
	Fomento de compras públicas a nível local
	Inclusão produtiva de mulheres no mercado de trabalho
	Fomento de apoio estadual para combate ao trabalho em condições análogas à de escravo e infantil na região
	Maior participação e representatividade dos trabalhadores da atividade gesseira e da sociedade civil na Câmara Setorial do Gesso
	Aumento da fiscalização do trabalho e ambiental no Araripe
	Implementação das ações estratégicas de enfrentamento ao trabalho infantil na região do Araripe
	Aumento da arrecadação tributária

Eixo estratégico 4: Sensibilização, conscientização, mobilização e articulação de atores locais

OBJETIVOS ESPECÍFICOS	Disseminar conhecimento sobre direitos trabalhistas
	Promover campanhas de conscientização sobre o trabalho em condições análogas à de escravo e o infantil na atividade gesseira
	Criar rede de articulação entre atores envolvidos na atividade gesseira para o combate ao trabalho em condições análogas à de escravo e o trabalho infantil
AÇÕES ESTRATÉGICAS E ATORES RESPONSÁVEIS POR SUA IMPLEMENTAÇÃO	Poder Executivo Municipal: Fortalecer Organizações Sociais e Comunitárias na temática de inclusão produtiva
	Instituições de ensino e pesquisa: Incentivar a atuação de ONGs para o combate ao trabalho em condições análogas à de escravo e ao infantil na atividade gesseira
	Instituições de ensino e pesquisa: Desenvolver cartilha visual sobre os direitos e garantias fundamentais no trabalho, com atenção à saúde e segurança, para a população do Araripe
	Instituições de ensino e pesquisa: Desenvolver diagnósticos de diferentes perspectivas acadêmicas sobre os impactos da atividade gesseira na região do Araripe
	Sindicato dos trabalhadores: Conscientizar seus associados, em especial aqueles da região do Araripe, sobre seus direitos no trabalho
	Sindicato patronal: Sensibilizar seus associados sobre o trabalho em condições análogas à de escravo e infantil na atividade gesseira
	Rede Brasil do Pacto Global: Mobilizar empresas para promover melhores condições de trabalho na atividade gesseira no Araripe

RESULTADOS ESPERADOS	Maior consciência entre empresas sobre as condições de trabalho na atividade gesseira
	Criação de rede organizada de ONGs para o combate ao trabalho em condições análogas à de escravo e infantil no polo do Araripe
	População local consciente de seus direitos trabalhistas
	Maior conhecimento sobre o funcionamento e estrutura da cadeia produtiva do gesso
	Maior conscientização dos trabalhadores da atividade gesseira com relação aos seus direitos
	Criação de rede de empresas voltada ao combate ao trabalho em condições análogas à de escravo e infantil na atividade gesseira

Dados os eixos estratégicos elencados para a promoção de melhores condições de trabalho e do desenvolvimento econômico local, é importante considerar as alternativas concretas de obtenção de recursos para sua implementação. É importante ressaltar, no entanto, que a implementação efetiva das ações propostas depende das motivações de cada ator envolvido na cadeia produtiva do gesso, bem como de suas outras capacidades, para além daquelas financeiras, conforme visto anteriormente.

Dentro do modelo mais tradicional na obtenção de recursos, está a concessão de crédito, através de agentes financeiros públicos ou privados. Os empréstimos são recursos que são tomados por pessoas físicas ou jurídicas, em que se estabelece uma relação de pagamento do valor com juros através de parcelas. No financiamento, há também a tomada de recursos, que, no entanto, está atrelada à aquisição ou pagamento de bens ou serviços, o que pode ser também utilizado no desenvolvimento e implementação de programas e projetos.

Há de se observar, no entanto, que cada linha de financiamento disponível para o setor público utilizará informações financeiras dos entes solicitantes e os dados e indicadores que são disponibilizados pelo Tesouro Nacional – como a CAPAG; além da adimplência em relação às entregas que precisam ser realizadas pelos entes públicos, relativo às finanças públicas, prestações de contas e aspectos da Lei Complementar nº 101 (Lei de Responsabilidade Fiscal), verificado pelo Serviço Auxiliar de Informações para Transferência Voluntárias (CAUC). As notas da CAPAG, nesse momento, dado o estrangulamento fiscal dos municípios do polo do Araripe, tornam-se impeditivos para a tomada de recursos em uma parte significativa de linhas de crédito.

Dentre os financiamentos com recursos não reembolsáveis, há a subvenção governamental, que se trata de benefícios econômicos oferecidos pelo governo, podendo ser concedidos para empresas públicas e privadas. É um importante mecanismo de política pública, e

nesse caso pode-se tanto analisar no âmbito das ações a implementação de mecanismos de subvenção por parte dos governos estadual e municipal para atração de empresas para a região; quanto analisar a partir da ótica da utilização de mecanismos já estruturados pela União, através de órgãos ou instituições, como a FINEP.

Outras tipologias de obtenção de recursos são via captação através de emendas parlamentares, convênios ou projetos ou cooperação com organizações da sociedade civil. As emendas parlamentares ao orçamento influem na alocação de recursos públicos de origem do Governo Federal para Estados e Municípios feitas na Lei Orçamentária Anual (LOA), que define o Orçamento Geral da União. As emendas são propostas pelos parlamentares (deputados e senadores), que podem intervir na alocação de recursos públicos federais em função de compromissos políticos que assumiram durante seu mandato. Esse instrumento pode acrescentar, suprimir ou modificar determinados itens (rubricas) do projeto de lei orçamentária enviado pelo Executivo. Entre os municípios do polo gesso, somente Araripina e Bodocó tiveram emendas a eles destinadas (12 no período entre 2015 e 2020). Ainda, nesses casos, observa-se que há um baixo repasse dos recursos empenhados.

Já os convênios são instrumentos que podem ser firmados junto a outros entes federados visando a execução de programa de governo, envolvendo a realização de projeto, atividade, serviço, aquisição de bens ou evento de interesse recíproco, em regime de mútua cooperação, e tenha como partícipes, de um lado, órgão da administração pública federal direta, autarquias, fundações públicas, empresas públicas ou sociedades de economia mista, e, de outro, órgão ou entidade da administração pública estadual, distrital ou municipal, direta ou indireta, ou ainda, entidades privadas sem fins lucrativos.

Convênios, contudo, dependem da capacidade do município de buscar fontes e programas disponíveis, e, por conseguinte, de propor projetos com objetos que tenham embasamento técnico obedeçam a trâmites administrativos. Um problema comum dos municípios brasileiros no geral é que, uma vez que conseguem passar pela avaliação técnica, encontram diversas dificuldades na prestação de contas da execução dos convênios, gerando assim uma série de inadimplências.

Instrumentos de projetos ou cooperação podem fomentar as ações de desenvolvimento no território do Araripe por meio de ONGs, com origens de recursos de fontes diversas. A Lei Federal nº 13.019/2014, conhecida também como Marco Regulatório das Organizações da Sociedade Civil, regulamenta o regime jurídico no que tange às parcerias entre a Administração Pública e as Organizações da Sociedade Civil (OSC).

Por fim, outra possibilidade de financiamento de projetos está nos repasses voluntários do setor privado, o denominado Investimento Social Privado, e que em geral atende projetos

“Incluem-se no universo do investimento social privado as ações sociais protagonizadas por empresas, fundações e institutos de origem empresarial ou instituídos por famílias, comunidades ou indivíduos.”

O Investimento Social Privado pode ser alavancado por meio de incentivos fiscais concedidos pelo poder público, caso por exemplo da Lei de Incentivo à Cultura (Rouanet) e da Lei de Incentivo ao Esporte; mas, também pode ocorrer através da alocação de recursos não-financeiros e intangíveis (capacitações, cessão de softwares, por exemplo). A Figura 6 apresenta algumas possibilidades de financiamento apresentando instituições, linhas ou programas de crédito, tipologia dos itens e as relações com os eixos estratégicos.

Figura 6: Alternativas de Financiamento e relação com os Eixos Estratégicos

BNDES				
Linha ou Programa		EIXO		
PMAT Automático		1	2	3
PMAT FINEM		1	2	3
Provias		1	2	3
PMI		1	2	3
Caminho Escola		1	2	3
Crédito Cadeias Produtivas		1	2	3
Crédito Pequenas Empresas		1	2	3
Crédito Médias Empresas		1	2	3

<p>● Captação de Recursos</p> <p>● Financiamento com Recursos não Reembolsáveis</p> <p>● Financiamento e Empréstimos</p>	
--	--

Banco do Nordeste				
Linha ou Programa		EIXO		
Crédito de Longo Prazo		1	2	3
Prodepro		1	2	3

FINEP				
Linha ou Programa		EIXO		
Tecnova		1	2	3
Centelha		1	2	3

Outros				
Formato		EIXO		
Emendas Parlamentares		1	2	3
Convênios		1	2	3
Projetos com OSC		1	2	3

Fonte: Elaboração Própria, 2021.





Considerações finais

O polo gesseiro possui uma relevância econômica significativa para o país na produção de gipsita, minério que dá origem ao gesso (aproximadamente 1,6 milhão de toneladas de gipsita/ano). O minério de extrema qualidade coloca a região em uma posição estratégica não apenas em âmbito nacional, como internacional.

As condições de vida da população local, entretanto, não refletem o potencial econômico da região. Predomina, em todos os municípios, um contexto de fragilização dos aspectos social, econômico e fiscal.

Em paralelo, no âmbito do processo produtivo do gesso, há uma série de irregularidades trabalhistas de saúde e segurança e até a indício de trabalho em condições análogas à de escravo e a presença de trabalho infantil, identificadas em inspeções realizadas pela fiscalização do trabalho e pelo MPT entre 2015 e 2018.

Em resposta, o MPT e a OIT vêm realizando ações no território no âmbito do Projeto “Promoção e Implementação dos Princípios e Direitos Fundamentais do Trabalho no Brasil”. A FGV se somou a esse time para contribuir na estruturação de ações estratégicas no âmbito do PDL, com orientações e alternativas para a atuação dos diferentes atores locais, com foco na promoção do trabalho decente e do desenvolvimento econômico local.

O trabalho adotou uma abordagem sistêmica e de direitos humanos para a realização de um diagnóstico multi-método robusto e participativo, que permitiu aprofundar o conhecimento sobre a dinâmica da cadeia produtiva do gesso e do contexto em que se insere, além de desafios que devem ser superados e oportunidades que podem ser aproveitadas.

Como resultado, as ações estratégicas foram consolidadas em uma matriz lógica com 4 eixos, sobre: aprimoramento do processo produtivo do gesso; fomento da economia local;

fortalecimento do poder público; e sensibilização, conscientização, mobilização e articulação de atores envolvidos na atividade gesseira.

No entanto, ainda há um longo percurso para a adoção e implementação das ações estratégicas propostas. Para sua execução efetiva, **é preciso que os atores relacionados direta ou indiretamente à atividade gesseira reconheçam seus papéis e responsabilidades frente à promoção de melhores condições de trabalho e do desenvolvimento econômico local da região**. Ainda, esses atores devem reconhecer suas limitações na concretização das ações e devem somar esforços para compensá-las.

Nesse sentido, **os parceiros do Projeto “Promoção e Implementação dos Princípios e Direitos Fundamentais do Trabalho no Brasil” estimulam a adoção de um Pacto Setorial Tripartite para a Promoção de Melhores Condições de Trabalho na Atividade Gesseira do Polo do Araripe**. Para isso, é necessária uma maior interlocução e colaboração entre os diversos atores locais, públicos e privados, inclusive os próprios trabalhadores e trabalhadoras.

Não há uma fórmula única para a elaboração desse instrumento, mas este *documento de discussão* buscou consolidar diretrizes iniciais, capazes de guiar a atuação pública e privada dos atores envolvidos direta e indiretamente na cadeia produtiva do gesso. Essas diretrizes não pretendem ser exaustivas, de forma que o diálogo entre os diversos atores envolvidos na atividade gesseira deve seguir para que sejam aprimoradas continuamente e tenham sua implementação monitorada periodicamente e seus resultados apresentados ao público de forma transparente.



Referências

ALVES, J. E. D. **Bônus demográfico no Brasil: do nascimento tardio à morte precoce pela Covid-19**. Revista Brasileira De Estudos De População, v. 37, pg. 1–18, 2020.

ARAÚJO, S; MARTINS, L. A **indústria extrativa mineral do pólo gesseiro do Araripe e seus impactos sócio-ambientais**. Revista de Geografia (UFPE). v.29, n.1, 2012, p.109.

BALTAR, C; BASTOS, F; LUZ, A. Gipsita. In: LUZ, A; LINS, F (Orgs.). **Rochas & Minerais Industriais: usos e especificações**. 2. Ed. Rio de Janeiro: CETEM/MCT, 2008, p. 990.

BARRIENTOS, S. W. **'Labour Chains': Analysing the Role of Labour Contractors in Global Production Networks**. Journal of Development Studies, v. 49, n. 8, p. 1058–1071, ago. 2013.

BRASIL (DEPARTAMENTO NACIONAL DE PRODUÇÃO MINERAL). **Anuário mineral estadual Pernambuco**. 2018. Disponível em <https://www.gov.br/anm/pt-br/centrais-de-conteudo/publicacoes/serie-estatisticas-e-economia-mineral/anuario-mineral/anuario-mineral-estadual/pernambuco/anuariomineralestadualpernambuco2018anobase2017.png/view> acesso em 25/08/2021

BRASIL, Ministério da Mulher, da Família e dos Direitos Humanos. **Princípios Orientadores sobre Empresas e Direitos Humanos: Implementando os Parâmetros "Proteger, Respeitar e Reparar" das Nações Unidas**. Brasília, 2019.

DEPARTAMENTO NACIONAL DE PRODUÇÃO MINERAL (DNPM). **Balanço Mineral Brasileiro: Gipsita**, 2001.

DUARTE, R. **Entrevistas em pesquisas qualitativas**. Educar em Revista, n. 24, p. 213–225, dez. 2004.

FREIRE, F; FREIRE, M; ROCHA, A; OLIVEIRA, A. **Gesso Mineral do Araripe e suas implicações na produtividade agrícola da cana-de-açúcar**. In: Anais da Academia Pernambucana de Ciência Agronômica, 2007, v. 4, p. 199-213.

GEREFFI, Gary; FERNANDEZ-STARK, Karina. **Global Value Chain Analysis: A Primer**. Center on Globalization, Governance and Competitiveness, 2011.

GEREFFI, G.; LEE, J. **Economic and Social Upgrading in Global Value Chains and Industrial Clusters: Why Governance Matters**. Journal of Business Ethics, v. 133, n. 1, p. 25–38, jan. 2016.

GOMES NETO, W. M. **Uma análise da cadeia produtiva do polo gesseiro do Araripe e dos entraves que impactam no desenvolvimento do comércio exterior**. Dissertação (Mestrado) - Curso de Ciências Sociais Aplicadas, Departamento de Economia, Universidade Federal de Pernambuco, Recife, 2005.

INTERNATIONAL LABOUR OFFICE. **Decent work: report of the Director-General**. In: **Report of the Director-General**. Geneva: International Labour Office, 1999.

INTERNATIONAL LABOUR OFFICE. **Value chain development for decent work: how to create employment and improve working conditions in targeted sectors**. Geneva: ILO, 2015.

INTERNATIONAL LABOUR OFFICE. **Sensitizing Package on Local Economic Development**. Geneva, ILO. 2005. Disponível em: https://www.ilo.org/empent/Instructionmaterials/WCMS_159822/lang--en/index.htm. Acesso em: 18 nov. 2020.

LEBARON, G. et al. **Confronting root causes: forced labour in global supply chains**. p. 100, 2018.

LUBELL, Mark. **Governing Institutional Complexity: The Ecology of Games Framework**. Policy Studies Journal 41 (3), 2013, pp. 537 – 559.

MEDEIROS, Marcilio Sandro de. **Poluição ambiental por exposição à poeira de gesso, impactos na saúde da população**. Dissertação (Mestrado) - Centro de Pesquisas Aggeu Magalhães, Departamento de Saúde Coletiva, Recife, 2003.

MEDEIROS, M; GUERRERO, J. SILVA, L. **A Saúde no Contexto do Polo Gesseiro de Araripina-Pernambuco, Brasil**. Saúde e Sociedade, São Paulo, v.19, n.2, p. 358-370, 2010;

MUNHOZ, F; ADILSON, R. **Uso da Gipsita na Construção Civil e Adequação para a P + L**. Disponível em: < https://www.simpep.feb.unesp.br/anais/anais_13/artigos/761.pdf>. Acesso em: 25 mai. 2020.

NOVAES JUNIOR, João Arnaldo. **Condicionalidade para a adequação ambiental de atividades produtivas: o caso da indústria de calcinação do gesso**. Dissertação (Mestrado) – Programa de Pós-Graduação em Desenvolvimento e Meio Ambiente, Universidade Federal de Pernambuco, Recife, 2012.

ORGANIZAÇÃO INTERNACIONAL DO TRABALHO. Cadeia produtiva do Gesso: Avanços e Desafios Rumo à promoção do trabalho decente: análise situacional. Brasília: OIT, 2019.

PATTON, Michael Q. **Qualitative Evaluation and Research Methods**. California: Sage Publications. Capítulo 7, Qualitative interviewing, p. 339-384. 2002.

POSTHUMA, A. Beyond 'regulatory enclaves': Challenges and opportunities to promote decent work in global production networks, in A. Posthuma and D. Nathan (eds): **Labour in global production networks in India**. Oxford University Press, New Delhi, 2010.

PROGRAMA DAS NAÇÕES UNIDAS PARA O DESENVOLVIMENTO NO BRASIL, PNUD. **Índice de Desenvolvimento Humano Municipal**, 2013. Disponível em: < <http://www.atlasbrasil.org.br/ranking>>.

RUGGIE, John. **Global Governance and "New Governance Theory": Lessons from Business and Human Rights**. IN: The Global Forum, 2014, p. 5-17.

RUGGIE, John. **Just Business: multinational corporations and human rights**. W. W. Norton & Company, New York and London, Ed. 1, 2013.

SEVERO, Elisabeth Maria Ferreira Severo; SOUZA, Hipólito José Campos de. **Estruturação de Modelo para Avaliação dos Riscos Decorrentes da Exposição do Trabalhador à Poeira do Gesso**. 2017.

SPRINGFIELD CENTRE FOR BUSINESS IN DEVELOPMENT. **The operational guide for making the markets work for the poor (MP4) approach**. 2014. Disponível em: <<https://beamexchange.org/guidance/m4p-operational-guide/>> Acesso em 03 jun. 2019.

SPRINGFIELD CENTRE FOR BUSINESS IN DEVELOPMENT (LOMAX, Jake; SHAH, Rachel). **Unpacking incentives and capacities: factors affecting actor behaviour change**. Durham, 2018.

UNITED NATIONS, Office of the High Commissioner. **The Corporate Responsibility to respect human rights: an interpretive guide**. New York and Geneva, 2012.

USGS. **Gypsum Statistics and Information**. Disponível em: <<https://www.usgs.gov/centers/nmic/gypsum-statistics-and-information>>. Acesso em 25 abr, 2021.

VARGO, S. L. et al. A systems perspective on markets - Toward a research agenda. **Journal of Business Research**, v. 79, p. 260-268, out. 2017.

WETTSTEIN, F. et al. International business and human rights: A research agenda. **Journal of World Business**, v. 54, n. 1, p. 54-65, jan. 2019.



Organização
Internacional
do Trabalho

